

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO**

LUANA SAMÁ COSTA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS DOS
TRIBUNAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Rio Grande

2013

LUANA SAMÁ COSTA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS DOS
TRIBUNAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia, da
Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientadora: Prof.^a Me. Márcia Rodrigues

Co-orientador: Prof. Me. Fabiano Couto Corrêa da Silva

Rio Grande

2013

LUANA SAMÁ COSTA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS DOS
TRIBUNAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia, da
Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Data de aprovação: ___/___/2013.

Banca examinadora:

Prof.^a Me. Márcia Rodrigues
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Prof. Me. Rodrigo de Carvalho Aquino
Universidade Federal do Rio Grande

Bibliotecária Gladis Rejane Moran Ferreira
Superintendência do Porto de Rio Grande

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me amparar em todos os momentos que surgiram com caráter de desafio nesses mais de quatro anos.

Agradeço aos meus orientadores, Márcia Rodrigues e Fabiano da Silva, que me ajudaram a concretizar minhas ideias nesse trabalho e, de certa forma, o sonho de concluir minha graduação.

Agradeço a minha banca examinadora que gentilmente aceitou qualificar meu trabalho.

Aos respondentes que sem o comprometimento de participação em minha pesquisa ela não seria possível.

Agradeço aos meus mestres em geral, a todos que me auxiliaram, ensinaram e demonstraram bons exemplos.

Aos bibliotecários de forma geral que conheci e admirei durante minhas experiências em estágios.

Agradeço as amizades sólidas e cheias de amor que construí que me fizeram crescer muito, em especial as minhas amigas Francine, Fabiane, Mauren, Fátima, Tatiane e Vanessa.

Agradeço a atenção e paciência das minhas queridas amigas Mauren, Tatiane, Clarice, Vanessa, muito obrigado, meninas.

Agradeço aos meus familiares pelo constante apoio e palavras de incentivo.

Agradeço aos meus amigos que me acompanharam durante esses anos da graduação.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se identificar as necessidades informacionais no âmbito jurídico dos bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul. A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, fez uso do método do Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e Lefèvre. Foram utilizados para coleta dos dados questionários contendo seis perguntas abertas visando identificar a percepção dos profissionais a respeito das suas necessidades informacionais de forma geral. Os resultados obtidos foram satisfatórios e apontam que os bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul buscam, de maneira geral, *websites* oficiais, de Tribunais as informações requeridas para atualizar seus usuários de forma eficiente e rápida. Observou-se também que para a sua atualização participam de eventos, palestras, seminários e buscam, na literatura especializada, métodos para desenvolverem seu trabalho.

Palavras-chave: Bibliotecário jurídico. Biblioteca jurídica. Necessidades informacionais. Fontes de informação. Discurso do Sujeito Coletivo.

ABSTRACT

This thesis aims to identify the informational needs of the librarians in the Rio Grande do Sul Courts. The research, exploratory- descriptive, makes use of the "Collective Discourse" from Lefèvre and Lefèvre. It was used for data collection a questionnaire with 6 (six) open questions for the professionals to develop their perceptions with relation to their informational needs in a general form. The results were satisfactory at a moment that shows the librarians of the Rio Grande do Sul Courts search, in a general way, official *websites* from Courts, the information to update their users as an efficient and fast way. For the constantly updating, they go to events, lectures, seminars and search methods in specialty literature to develop their jobs.

Keywords: Court librarians. Court library. Informational needs. Sources of information. Collective Discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral	11
2.2 Objetivos específicos	11
3 JUSTIFICATIVA	12
4 A PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO E SUAS COMPETÊNCIAS	13
4.1 Biblioteca jurídica	17
4.2 O profissional da informação que atua em bibliotecas jurídicas	19
4.3 Competências do bibliotecário jurídico.....	21
4.4 Associações profissionais	26
4.5 Informação e fonte de informação jurídica	28
4.5.1 <i>Documentação jurídica</i>	30
4.6 Educação continuada	32
5 METODOLOGIA	36
5.1 Caracterização do método: o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	37
5.2 Caracterização do alvo de estudo	39
5.3 Instrumento de coleta de dados	42
5.4 Organização dos dados	43
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – Questionário	64
APÊNDICE B – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário A	66
APÊNDICE C – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário B	69
APÊNDICE D – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário C	71
APÊNDICE E – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário D	73
APÊNDICE F – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário E	74

APÊNDICE G – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário F	77
APÊNDICE H – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais - Bibliotecário G	79
APÊNDICE I – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais . - Bibliotecário H	80

1 INTRODUÇÃO

Anteriormente à era tecnológica, os processos de mudanças que ocorriam nas sociedades se davam de forma lenta, existia uma grande dificuldade de comunicação entre pessoas de localidades diferentes, por exemplo, criando obstáculos para que a sociedade pudesse se organizar e reunir informações pertinentes a favor de melhorias para a sociedade. Após a Revolução Industrial pode-se observar a evolução progressiva dos países com relação à economia, à política, à ciência e à tecnologia. Devido ao avanço da tecnologia, por exemplo, foi possível promover melhorias na comunicação e desenvolver métodos transformando as comunidades na Sociedade da Informação, pois os meios de comunicação foram expandidos e melhorados permitindo que o mundo entrasse na fase de evolução informacional. A informação se tornou objeto de consumo da sociedade e a atuação dos bibliotecários se torna importante quando é realizada uma filtragem de conteúdo em meio ao crescente volume de produção veiculado (VALENTIM, 2000).

A profissão do bibliotecário é uma das mais antigas e é com o tempo que ela passa por modificações concretas. Em séculos passados as funções dos bibliotecários eram de vigiar, guardar e organizar livros, manuscritos e outros materiais. Tinham a árdua tarefa de elaborar métodos para organização dos livros, eram sábios detentores do conhecimento que investiam na leitura e conhecimento das obras literárias da época. Ao longo dos anos essas funções foram se aprimorando, surge o ensino da Biblioteconomia, treinamentos para organização da informação e rigor na atividade técnica. Mas havia quem defendesse um perfil de ensino não somente com técnicas e práticas e, sim, que investisse na criatividade do profissional. Atualmente o que observamos é um misto dessas duas ideias para formação e atuação do bibliotecário (SANTOS, 2007; SILVEIRA, 2008).

A partir da década de 1990, com a explosão de produções científicas, o avanço das telecomunicações e a popularização do computador as bibliotecas e a profissão do bibliotecário sofrem mudanças. Mudanças estas pertinentes ao progresso científico e fluxo de informação que estava sendo gerado. Desta forma, foi constatada a necessidade de alterações no perfil do bibliotecário, assim, para que este profissional acompanhasse as exigências do mercado foi inserida na sua rotina

de trabalho a utilização de novas ferramentas e suportes de informação permitindo, aos poucos, o rompimento das barreiras físicas nas suas atividades. Para isso, o bibliotecário deverá assumir um papel de comprometimento com a atualização que lhe é necessária, priorizando o “planejamento, gerência e processamento de sistemas de informação além da concepção e uso das recentes tecnologias da informação e comunicação” (SILVEIRA, 2008, p. 89). Precisar, também, trabalhar com a multidisciplinaridade que existe na profissão entendendo que essas principais mudanças definirão sua importância no mercado atual de trabalho.

Assim como a alta produção de informação alterou as atividades do bibliotecário, houve obviamente modificações nas organizações informacionais da época e foram criadas novas bibliotecas. Desse modo, surgiram as bibliotecas com classificações diferentes que prestavam serviços para públicos específicos com o intuito de atender às necessidades informacionais dos usuários. À medida que surgiram essas bibliotecas o profissional responsável por elas foi exercendo suas atividades conforme as características, conteúdo do acervo e o público alvo daquele local, tornando-se bibliotecários especialistas que tinham como missão transformar o centro de informação em um lugar dinâmico, que fornecesse suporte às buscas dos usuários, promovesse a disseminação seletiva da informação e o principal, se tornasse essencial para os usuários. Assim os bibliotecários poderiam se especializar atendendo em bibliotecas especializadas em determinadas áreas do conhecimento ou setores das bibliotecas, podendo ser bibliotecários escolares, da área médica ou jurídica, por exemplo.

Portanto, este trabalho tem como proposta identificar as necessidades informacionais de bibliotecários que atuam na biblioteca dos Tribunais do Rio Grande do Sul a fim de resgatar os métodos que eles utilizam para sua atualização e especialização na área jurídica. Para contextualizar e apresentar algumas características, atividades e peculiaridades dos bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas se torna necessário elaborar um levantamento teórico quanto às questões pertinentes para o entendimento do leitor a respeito da temática tratada.

O trabalho foi dividido de forma geral em introdução, revisão de literatura, metodologia, análise dos dados e considerações finais. A revisão de literatura abordou a atuação profissional do bibliotecário, traçando o “novo perfil” exigido pelo mercado. Logo, algumas características e definições das bibliotecas jurídicas, característica, definição, competências e habilidades necessárias com relação ao

bibliotecário no âmbito jurídico. Acompanhando a temática terá informações a respeito das associações profissionais que auxiliam o trabalho do profissional. Os títulos que seguem conterão informações a respeito das características da biblioteca jurídica, dos materiais de trabalho do bibliotecário da área jurídica e as fontes de informação que pode ser usada, características de documentação jurídica e a importância da preparação e constata atualização do bibliotecário. Seguindo assim, pelas análises dos discursos dos respondentes e finalizará com as considerações a respeito do trabalho e temática tratada.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Identificar as necessidades informacionais no âmbito jurídico dos bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os mecanismos utilizados pelos bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul para a busca da informação jurídica.
- Identificar nos discursos dos bibliotecários jurídicos os pontos positivos e negativos da atuação no âmbito jurídico.
- Averiguar como acontece a qualificação profissional dos bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas no Estado do Rio Grande do Sul.

3 JUSTIFICATIVA

A Biblioteconomia é a ciência responsável pelo estudo de técnicas e teorias de administração em bibliotecas envolvendo classificação, indexação, catalogação e armazenagem de informação, auxílio em pesquisas, recuperação de informações em base de dados, entre outras, o que nos leva a concluir que o instrumento de trabalho de um bibliotecário é a informação. Sendo assim, pode-se observar que o interesse na atuação do bibliotecário jurídico se torna pertinente no momento em que existe a conectividade entre o tema em questão e as teorias apresentadas dentro do curso de Biblioteconomia.

A execução deste trabalho se justifica também por um interesse particular em agregar maiores conhecimentos a respeito da temática a ser tratada, direcionando-se o referencial teórico às particularidades atribuídas ao bibliotecário jurídico. Da mesma forma, buscou-se um entendimento maior a respeito das necessidades informacionais no âmbito jurídico do bibliotecário gaúcho, procurando detectar quais são as fontes utilizadas por estes para promover sua atualização e especialização.

O interesse em trabalhar com esta temática surgiu a partir do momento em que, no levantamento bibliográfico, identificou-se uma lacuna a ser preenchida. Assim, esta pesquisa pretende contribuir com a prática científica e o desenvolvimento de atividades dos bibliotecários, acrescentando dados para a construção de futuras pesquisas e assim cooperando com a disseminação de uma temática que ainda é pouco estudada dentro da Biblioteconomia.

4 A PROFISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO E SUAS COMPETÊNCIAS

Basicamente até o século XX as profissões eram bastante restritas, as atividades práticas tinham mais importância do que as intelectuais, haviam delimitações evidentes entre uma função e outra que facilitavam as relações dos profissionais pelo fato de nenhum profissional adentrar o território do outro (WALTER; BAPTISTA, 2008). Destaca-se que

[...] as profissões tem um papel fundamental. São formadas por grupo de pessoas que aplicam conhecimentos abstratos a casos particulares, de forma a resolver problemas específicos para uma clientela. Esses grupos podem ser definidos como comunidades com as quais compartilham uma identidade, um engajamento pessoal, interesses específicos e uma lealdade. A identidade profissional se concretiza por meio do compartilhamento de valores fundamentados nos serviços oferecidos. (CUNHA, 2009, p. 96)

Para se tornar profissional em algum campo o indivíduo necessita de conhecimentos intelectuais, aptidão às técnicas a serem desenvolvidas, pensar no bem coletivo e assim ele poderá garantir a sua qualificação para prestação de serviços à comunidade. Desse modo, todo profissional que se especializará em uma área estará monopolizando o conhecimento, ou seja, seu aprendizado será voltado para desenvolver atividades restritas à sua profissão, conforme explica Abbott (1988 apud CUNHA, 2009) quando fala de maneira generalizada das profissões afirmando que o sucesso de uma profissão estará na delimitação bem clara das ações e pela demarcação do espaço de atuação. Sendo assim, somente através da organização das funções e de uma boa estrutura no momento de delimitar as competências de cada profissão que se poderá garantir o espaço dessas categorias, mas, mesmo assim, o limite entre uma profissão e outra decorre das disputas de espaço e assim origina-se a evolução das profissões.

A profissão do bibliotecário é uma das profissões mais antigas que conhecemos, pois outrora o bibliotecário era o guardião de livros, zelador do conhecimento. Eram, normalmente, filósofos, cientistas, monges que tinham o perfil

erudito, leitores assíduos do discurso ficcional, mas que garantiam a reconstrução de momentos históricos reais possibilitando adquirir o conhecimento de sua cultura, política e economia. As características desses detentores de conhecimento eram basicamente o gosto pela leitura, organização, domínio de vários idiomas, capacidade intelectual para elaboração de sistema de classificação e entender os processos de produção dos documentos. Essas habilidades eram cobradas também no ensino antigo de Biblioteconomia, pois eram funções básicas que garantiam a formação do profissional (SILVEIRA, 2008). Essas habilidades e características sofreram modificações, no Brasil, por volta de 1920 após cinco anos da existência do curso de Biblioteconomia ministrado na Biblioteca Nacional. Através de influências norte-americanas, surge um bibliotecário que priorizava as funções técnicas passando por transformações em seu perfil e currículo de ensino (RUBI; EUCLIDES; SANTOS, 2006).

Arelado a esses fatores, a profissão do bibliotecário irá passar por grandes ajustes devido à nova era que surgia aos poucos, mas toma força após a Revolução Industrial originando a era da tecnologia e da informação décadas mais tarde. Assim percebe-se que a partir do século XX as mudanças foram se concretizando e o mundo emerge para um sistema globalizado quebrando as barreiras de espaço, língua, educação, entre outros, promovendo o crescimento na produção científica e desenvolvimento da tecnologia. Em meio a esses acontecimentos surge a Sociedade da Informação que “seria aquela com pleno acesso e capacidade de utilização da informação e do conhecimento para sua qualidade de vida, o desenvolvimento individual e o coletivo dos cidadãos e para a gestão da economia” (TARAPANOFF, 1999, p. 29). Devido a esses inúmeros fatores, podemos observar que o olhar do bibliotecário se volta para a informação, como administrá-la, como organizá-la em meio a tanta tecnologia retirando o foco somente do acervo físico. Assim inicia-se o processo de identificação de novas competências e habilidades requeridas para o desempenho satisfatório do profissional da informação, nesse caso, o bibliotecário.

Os primeiros passos a serem tomados perante a era informacional e tecnológica por parte do bibliotecário foram adaptar seu perfil se alfabetizando digitalmente e se alocar em ambientes que proporcionassem essa expansão na

profissão (CASTRO, 2000). Além do fator digital foram exigidos do bibliotecário características como inovação, liderança, criatividade, dinamismo, habilidades de síntese da informação, necessidade de conhecimento específico em determinadas áreas suprimindo as lacunas da instituição que o profissional está inserido (GUIMARÃES, 1998 apud CASTRO, 2000). Aos poucos, é importante que se torne um profissional interdisciplinar - pois suas atividades se apoiam na comunicação, psicologia, administração, informática, entre outras - desempenhando todas as funções necessárias para se tornar um bibliotecário completo (VALENTIM, 2000). Importante dizer que esse profissional está inserido no campo de atuação dos profissionais da informação, pois suas características e competências estão ligadas ao uso e tratamento de informação.

A função principal e básica do bibliotecário é servir como mediador entre usuário e informação, para isso ele necessita de sabedoria ao lidar com os novos suportes da informação e mecanismos de busca. As habilidades e competências do bibliotecário tem que atender às necessidades atuais da sociedade, para isso, se torna necessário à realização de cursos, pós-graduação e outros que possam proporcionar a atualização e melhoria do serviço desse profissional.

Com relação às suas ferramentas de trabalho, elas são conhecidas como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que atuam como gerenciadores de informação e são as ferramentas para o moderno bibliotecário. As TICs são “conjunto de sistemas e equipamentos que são utilizados para tratamento, organização e disseminação de informações, os resultados e as possibilidades que oferecem são ainda repletos de especulações” (WALTER, 2005, p. 8). Através da internet e das novas tecnologias foi possível construir as bibliotecas digitais e virtuais, desenvolver software que auxiliassem nas atividades técnicas e de organização do conhecimento. Além de pesquisas de forma geral, pode-se também, elaborar *websites*, *blogs* dos centros de informação contendo informações vitais para auxiliar o usuário e tornar a biblioteca conhecida aos olhos dos possíveis usuários até mesmo de outras localidades.

Segundo Wormell (1996, p. 14 apud CASTRO, 2000, p. 8)

o profissional da informação deve: facilitar o uso da informação; navegar por sistemas do conhecimento e fontes de informação; consultar e assessorar sobre problemas de informação, gerir eficientemente os sistemas de informação, transformar os dados e o fluxo da informação entre sistemas, aliar os aspectos sociais e culturais, educar usuários, prover recursos para a “alfabetização” informativa; apoiar políticas de informação estratégias e de negócios.

Portanto, vê-se que os bibliotecários deverão estar capacitados para entender a informação como seu objeto de trabalho, ter conhecimento de várias áreas para atender seu usuário, utilizar as TICs a seu favor no fazer biblioteconômico, organizar a informação utilizando artifícios adequados para recuperação da informação, entre outros.

Com relação às competências e habilidades que o profissional deverá desenvolver entende-se que o conceito dessas palavras agrega e cruza significados importantes para adjetivar e qualificar as atribuições requeridas para tais atividades. Segundo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (FERREIRA, 2009, p. 1019) a habilidade é a “qualidade de ser hábil”, ou seja, a pessoa que é capaz, possui aptidão, é o desenvolvimento sem dificuldades em aspectos como: “capacidade intelectual geral, aptidão específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora”.

Quanto à competência para Chiavenato (2009, p. 16) de forma geral, significa

um repertório de comportamentos que certas empresas ou pessoas dominam melhor que outras e que as torna eficazes e competitivas frente a determinada situação. A competência constitui um conjunto de conhecimentos, práticas, comportamentos e tipos de raciocínio adquiridos em função da aprendizagem. Na verdade, um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e interesses que diferenciam as organizações ou pessoas em seu conjunto.

De modo geral, as competências seriam as habilidades dos profissionais, a capacidade de aprender a aprender, a se qualificar, ser criativo, proativo, ter uma facilidade de relacionamento, entre outros, sempre com qualidades que venham a qualificar o seu desempenho dentro da instituição na qual trabalha.

Silveira (2008, p. 90) aponta competências que foram definidas no IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecologia y Ciencia da La Información Del Mercosur, em 2000 em Montevideu, que serão compartilhadas e comentadas.

Nas competências gerenciais vemos que é necessário: formular, dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades e serviços de informação, sistemas e projetos, assessorar os investimentos que a unidade de informação recebe. Tratando-se de funções técnico-científicas o profissional deverá estar apto a desenvolver e executar o processamento de documentos em diversos suportes; selecionar, registrar, armazenar, recuperar e disseminar a informação para o acesso; planejar, construir e manipular redes de informação.

Com relação às competências de comunicação e expressão, o bibliotecário deverá: capacitar e orientar os usuários para aumentar o nível de conhecimento do usuário com relação às bases de dados e consulta ao acervo; elaborar produtos de informação (realizando Disseminação Seletiva da Informação, elaborando guias para consultas, relações de bases de dados para os usuários, por exemplo); planejar e executar estudos de usuários dos sistemas de informação. Já em relação às competências sociais e políticas ele precisará: buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais; prestar assessoria referente à formulação de políticas de informação; fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais; identificar as novas demandas sociais de informação.

Para afirmar a preocupação com o desenvolvimento dos profissionais que trabalham nas bibliotecas buscou-se na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2002) as competências necessárias aos bibliotecários, são elas: disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação, tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; desenvolver ações educativas. As características que o bibliotecário irá adquirir dependerão da sua formação e atuação profissional. O maior desafio atual do bibliotecário é de conseguir aliar o meio eletrônico às suas antigas funções para potencializar seus serviços e resultados.

4.1 A Biblioteca Jurídica

Segundo Baptista et al. (2008, p. 153) “a necessidade de especialização dos bibliotecários tem início com o surgimento das bibliotecas especializadas”. A partir

desta citação podemos constatar que após a explosão da produção científico-tecnológica surge a necessidade de organizá-la de acordo com sua abrangência em estabelecimentos que tenham usuários com necessidades informacionais direcionadas a uma determinada área do conhecimento, por exemplo, órgãos governamentais, universidades e empresas. Assim, é dessa carência de documentos, livros, periódicos, informação no geral, com foco em uma determinada área do conhecimento que surge a biblioteca especializada, uma “unidade de informação com acervo especializado destinado à satisfação das necessidades informacionais de um público específico” (SALASÁRIO, 2000, p. 108).

A Biblioteca jurídica, como já relatado acima, é uma biblioteca especializada que possui características particulares com relação às necessidades de informação que ela traz consigo. Segundo Miranda (2003, p. 4) “as bibliotecas jurídicas assumem um importante papel de aglutinadoras de conhecimento para a promoção de serviços em torno da informação jurídica”. O acervo de uma biblioteca jurídica é composto de Legislação, Doutrina, Jurisprudência e materiais que são imprescindíveis para a prática jurídica. Ou seja, a biblioteca disponibiliza as coleções de leis nacionais e internacionais, códigos, decretos, decisões judiciais, normas, emendas constitucionais, medidas provisórias, regimentos, estatutos, entre outros.

Assim, compete à biblioteca jurídica guiar as pesquisas do seu público alvo, ou seja, ela é a base para o bom trabalho de advogados, juízes, estudantes, comunidade e jurista de forma geral. Nessa mesma linha de raciocínio, Miranda (2003, p. 5) traça os objetivos da biblioteca jurídica que é

disseminar a informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também auxiliando a todos os juristas no cumprimento da justiça.

Mas para que exista o elo entre usuário e informação é necessário que exista o bibliotecário jurídico como intermediador de pesquisas em geral. Atualmente os bibliotecários podem recorrer a outras fontes de informação que não sejam única e exclusivamente o acervo de material impresso. A tecnologia proporcionou aos profissionais que atuam nessa área uma ampla possibilidade de busca de informação para atender ao usuário, principalmente em se tratando do meio eletrônico. Hoje em dia a biblioteca conta com o acervo de material impresso e toda

a *web* para realizar as pesquisas necessárias e encontrar a informação certa no formato certo.

Assim, o próximo item discorrerá sobre particularidades do trabalho do profissional que atua nas bibliotecas jurídicas.

4.2 O profissional da informação que atua em bibliotecas jurídicas

Para que a Biblioteca Jurídica funcione de maneira diferenciada com características particulares nasce um novo perfil de bibliotecário que necessita ser qualificado e bem preparado para atender às necessidades do seu público alvo.

Os bibliotecários que trabalham em bibliotecas especializadas tem como funções básicas suprir as necessidades informacionais de um público específico, fornecer informação rápida e especializada, selecionar as informações relevantes e disseminar, disponibilizar bases de dados especializadas e instruir os usuários no manuseio da mesma, realizar a seleção das informações e repassar para os usuários, entre outras (MIRANDA, 2007). Sabendo que as bibliotecas jurídicas são bibliotecas especializadas, todas as características mencionadas acima serão necessárias para o bom funcionamento das mesmas.

Com ênfase no profissional que atua dentro deste estabelecimento especializado descreve-se, nas palavras de Passos (2001a) que “o bibliotecário jurídico é aquele que facilita o acesso à informação jurídica e de forma ágil e eficiente”. Sua atuação profissional poderá acontecer em bibliotecas universitárias que possuem informação jurídica especializada, escritórios de advocacia, órgãos governamentais, empresas. Desse modo, a partir dos possíveis locais a serem desenvolvidos o trabalho biblioteconômico podemos dizer que o público alvo será pessoas da comunidade, alunos e professores do curso de Direito, advogados, juízes, juristas e legisladores. Contudo, observa-se que o insumo básico para a atuação do bibliotecário como mediador entre a informação jurídica e o usuário será seu conhecimento aprofundado quanto a sua matéria prima de trabalho que são: atos normativos, legislação nacional e internacional, decretos, códigos, Diários Oficiais e da Justiça, notícias de jornais que tratam de ações em tribunais, livros e

artigos que tratem da doutrina e jurisprudência do Brasil e outros países¹ (PASSOS, 2001a). Quando Loureiro (2005) nos fala que o bibliotecário para traçar uma relação de confiança com o seu usuário necessita demonstrar seu pleno conhecimento quanto ao conteúdo específico que o Direito proporciona, pode-se sugerir que para isso ele realize uma segunda graduação, sendo essa o curso de Direito, uma pós-graduação para ampliação dos conhecimentos, cursos da área jurídica ou com enfoque jurídico que os ajudem a entender os conceitos ou mesmo participações em eventos da área jurídica e jurídica biblioteconômica.

Assim como o bibliotecário em suas competências, o jurídico precisa ser, segundo Podboy (2000 apud PASSOS, 2001a), onipresente, inovador, tradicional/moderno e camaleão. Onipresente, estar presente e disponível, mesmo não estando de corpo presente, é necessário que esse bibliotecário crie métodos para que os usuários consigam sanar suas necessidades sem a presença de um profissional. A inovação é fundamental para que se possa estar sempre aprimorando o que já existe na sua biblioteca, esse espírito inovador é muito bem visto nas instituições, a capacidade de ver à frente das situações pode ser a chave para evitar futuros problemas. A questão de ser tradicional e moderno se refere ao profissional ter conhecimentos biblioteconômicos tradicionais que são ensinados no curso de Biblioteconomia e estar atento para as constantes novidades que o mercado tecnológico proporciona - a habilidade biblioteconômica entra no momento de decidir quando usar uma ou outra ferramenta dependendo do ambiente de trabalho que ele atuará. O profissional camaleão é que aquele que se preocupa em estar em constante adaptação principalmente quando se trata dos serviços de informação disponível na era digital e sua adequação aos vários tipos de centro de informação que possam surgir para atuar. Portanto, o bibliotecário que possui estas características tem grande potencial para atuar de forma satisfatória no seu ambiente de trabalho proporcionando ao seu usuário um atendimento qualificado e eficaz.

O item seguinte tratará das competências do bibliotecário com ênfase no especialista da área jurídica.

¹ Mais informações a respeito das fontes de informação como matéria-prima de trabalho do bibliotecário serão descritas no próximo item: Informação e Fonte de informação jurídica.

4.3 Competências do bibliotecário jurídico

Com relação às competências profissionais temos como definição através do documento produzido no IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología Del Mercosur (2000, p. 69) são “as habilidades, as destrezas, as atitudes e os conhecimentos técnico-científico necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecido e aceitável”. Abordando as competências específicas aos profissionais, Passos (2001a) nos informa, através da tradução que realizou do documento da Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL) e outras fontes, que por meio de divisões das competências especializadas traçou as competências que esse bibliotecário especialista deverá desenvolver dentro dos setores das bibliotecas. Com relação a um dos principais serviços que a biblioteca presta - auxílio ao usuário no setor de referência - o bibliotecário deverá:

Prover e personalizar serviços de referência sobre tópicos jurídicos e também em relevantes tópicos não-jurídicos; avaliar a qualidade, autenticidade, acuracidade e o custo das fontes eletrônicas tradicionais, e mostrar a importância delas ao cliente; auxiliar o cliente com as pesquisas jurídicas, utilizando tanto os recursos impressos quanto eletrônicos; auxiliar aqueles que não são advogados no acesso às leis dentro das diretrizes da *American Bar Association's Model Code of Professional Conduct* e outros códigos aplicáveis; agregar conteúdo a partir de uma grande variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente; criar ferramentas de pesquisa e bibliográficos em Direito e tópicos correlatos; monitorar as tendências em áreas específicas do Direito. (PASSOS, 2001a²).

Para que se tenha um bom desempenho no setor é necessário que esse bibliotecário adquira essas habilidades proporcionando um atendimento eficiente aos usuários. Esse profissional irá lidar diretamente com o cliente no momento do atendimento e normalmente o bibliotecário jurídico presta esse serviço através da comunicação pela internet, pois os juristas advogados e juízes não dispõem de muito tempo para estas atividades.

Quanto à função administrativa sabe-se que é importante que o bibliotecário

² Artigo não paginado.

jurídico possua características administrativas, como facilidade para lidar com as pessoas e conseqüentemente preparar sua equipe para que trabalhe de forma unificada, pensar na elaboração de projetos para prover melhorias do setor como um todo, ter habilidade para lidar com os recursos e saber apresentar e representar a importância da biblioteca para a instituição, entre outros fatores. Existem atributos que serão adquiridos com o tempo à medida que o bibliotecário for atuando no administrativo e acompanhando os setores da biblioteca. Dando seqüência a esta ideia, é importante

Empenhar-se no processo de planejamento a longo prazo; planejar, preparar e controlar orçamentos e administrar todos os recursos financeiros; selecionar, supervisionar, avaliar e prover treinamento para o pessoal que trabalha na biblioteca; entender os princípios da administração de projetos e organizar os funcionários para executar tarefas complexas; medir, avaliar e articular a qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca; assegurar a otimização do espaço físico da biblioteca para acomodar tanto usuários quanto funcionários; ter influência dentro da instituição mantenedora para mostrar que a biblioteca é vital para esta instituição; ter uma boa compreensão das tendências e do desenvolvimento da indústria de informação e editorial; localizar, antecipar e influenciar mudanças na política e na legislação que se relacionem a biblioteca ou a profissão (PASSOS, 2001a).

Entende-se que é fundamental na atuação do bibliotecário a preparação para operar no setor administrativo do centro de informação especializado em conteúdo jurídico e assim estar atento aos recursos financeiros e capacitação dos profissionais que atuam na sua equipe. O setor administrativo dentro de qualquer estabelecimento é a base para o bom funcionamento de qualquer outro serviço então é necessária à atenção total do bibliotecário administrador para o seu setor.

Um dos papéis que o bibliotecário jurídico assume é o de organizar e gerenciar toda a produção de informação que poderes legislativo, executivo e judiciário elaboram de forma que seus usuários tenham acesso a elas de forma rápida e eficaz. Para que isso aconteça é necessário que o bibliotecário saiba lidar com os mecanismos tecnológicos que contribuem para com o seu trabalho. Quanto ao quesito tecnológico Passos (2001a) cita as principais competências que o profissional dever ter:

Entender a aplicação prática da criação, do acesso e da administração da informação, incluindo os bancos de dados, redes integradas de bibliotecas, aplicativos cliente-servidor, hardware, software, redes e fontes eletrônicas de informação; avaliar a necessidade de novas tecnologias em desenvolvimento e implementar as mudanças necessárias; conduzir planejamento a longo prazo e formulação de políticas voltadas pra serviços e treinamento na área de informática; avaliar, adquirir, implementar e testar software e hardware necessários ao acesso eletrônico de informação; presta assistência aos usuários e colegas no uso dos sistemas de informação da biblioteca e educá-los; resolver problemas de conectividade dos hardware, software e rede local utilizados pela biblioteca, assim como problemas de conectividade com o website da instituição na Internet; desenvolver, criar e manter o website da biblioteca.

O fator conhecimento das tecnologias da informação se torna fundamental para o bibliotecário que irá lidar com informações da área do Direito, pois atualmente a constante atualização se tornou um desafio para os profissionais ligados a essa área. A organização de recursos tecnológicos, análise crítica, habilidade para treinar usuários, conhecimento da área são atributos fundamentais para a atuação, no quesito tecnologia, para organização da informação e otimização do atendimento ao usuário. Nessa questão podemos colocar também a necessidade de conhecimento de outros idiomas, pois muitas vezes leis estrangeiras podem ajudar em casos que ocorrem no Brasil e para isso o bibliotecário terá que localizar a lei de importância para o caso e solução de um problema. Devido ao acúmulo de edição de normas legislativas, Loureiro (2005) sugere que os bibliotecários jurídicos façam a leitura, seleção e edição de publicações do Diário Oficial e da Justiça da União³ para divulgar aos usuários.

Como um dos trabalhos que o bibliotecário exerce e com ênfase na atuação do bibliotecário jurídico vê-se o desenvolvimento de coleções que podemos dizer que é a fase que também merece um cuidado no planejamento, uma preocupação com o público alvo e comunidade, detectar as falhas e realizar avaliação quanto aos usuários e os recursos que a biblioteca dispõe. Uma possibilidade de detectar as necessidades dos usuários e falhas do acervo será realizando um estudo de

³ Principais fontes de informação para o bibliotecário jurídico (BARROS, 2004, p. 203-204).

usuário, uma avaliação das coleções e dos descartes. Torna-se importante a execução dessas atividades para entender o que buscar para seleção e aquisição, como os usuários irão receber as novas aquisições e como suprir as lacunas que foram certificadas pela pesquisa de estudo de usuário. Nesse contexto, Passos (2001b) aponta para as competências do bibliotecário que cuidará do desenvolvimento de coleções.

Criar políticas de desenvolvimento de coleção que englobem todos os aspectos da missão da instituição mantenedora; tomar decisões de seleção, considerando todos os fatores relevantes, incluindo a política de desenvolvimento da coleção, diferenças entre formatos, custo de aquisição e de manutenção; avaliar as fontes de informação em todos os formatos, integrá-las de forma a satisfazer as necessidades dos usuários, descartá-las ou incorporá-las conforme o caso; compreender a aquisição e administração de uma coleção de recursos jurídicos e não-jurídicos em múltiplos formatos; garantir a otimização do arranjo e do acesso aos recursos tradicionais e eletrônicos da biblioteca; melhorar a abrangência dos serviços da biblioteca garantindo a acessibilidade às coleções e bases de dados de outras instituições através do compartilhamento de recursos; selecionar e implementar níveis apropriados da descrição catalográfica, da classificação e da indexação, considerando as necessidades da instituição e a natureza do material jurídico; criar e selecionar registros catalográficos, de acordo com os padrões nacionais e as práticas aceitas; selecionar, implementar e continuamente aperfeiçoar o sistema integrado de bibliotecas em consonância com as necessidades da instituição; aplicar práticas apropriadas de preservação à coleção da biblioteca.

Todas as competências que Passos relata na citação, são pontos eixo para a realização satisfatória de um desenvolvimento de coleções dentro de uma biblioteca de todo tipo. Essa parte é função chave para o atendimento ao usuário e para tornar mais atualizadas estas informações salienta-se também a necessidade de adquirir não somente livros, mas também assinaturas de periódico da área do Direito, acesso constante aos Diários Oficiais, banco de dados constantemente atualizado e fontes de informação em geral que agilizam o atendimento.

A atuação do bibliotecário em seus setores como processamento técnico, referência e circulação funcionam principalmente pensando no usuário, em como atendê-lo e aprimorar seus serviços. Assim, é tarefa do bibliotecário treinar seus usuários a pesquisar no acervo físico, no software de pesquisa da instituição, caso houver, banco e base de dados especializados para promover sua capacitação.

Definir as necessidades dos clientes pela observação, por conversas com clientes e colegas, e o uso de instrumentos de avaliação das necessidades; ensinar os clientes da biblioteca de forma eficaz com diferentes necessidades e diferentes níveis de conhecimento tecnológico; conhecer e aplicar os princípios da educação do adulto; estabelecer currículos e métodos em consonância com as necessidades educacionais dos clientes e avaliar a eficácia do processo educacional; ensinar ao cliente as metodologias da pesquisa jurídica; providenciar treinamento e orientação sobre a organização e o uso das fontes jurídicas em vários formatos; agir junto aos fornecedores de bases de dados comerciais para coordenar o treinamento no uso eficaz dessas ferramentas; promover o eficaz uso das novas tecnologias para recuperação da informação; preparar itens tais como bibliografias, material de treinamento, utilizando vários formatos (PASSOS, 2001a).

Em conformidade com documento da AALL, Loureiro (2005) também descreve de maneira generalizada as competências que o bibliotecário deverá desenvolver para aperfeiçoar seus serviços. Como por exemplo, criar sites para a instituição em que atua disponibilizando informações substanciais, links de endereços relevantes ao interesse do usuário, *websites* contendo pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, atualizar seus usuários diariamente com relação aos atos normativos e outras informações que merecem destaque. Importante se faz o contato com outros profissionais para a troca de material, simplificar o trabalho para o usuário repassando informações completas de fácil entendimento, disponibilizar normas de documentação e um programa de busca que proporcione autonomia e segurança ao usuário, promover a disseminação seletiva da informação selecionando materiais e documentos que auxiliem o interessado, divulgar trabalhos científicos produzidos no local de trabalho, criar catálogos com detalhamento de materiais que contemplam o acervo com a finalidade de incentivo a leitura e divulgação de material para usuários remotos, veicular no próprio site da biblioteca links de grupo de estudos, cursos de especialização de atividades para formação continuada sempre de forma interativa e de fácil acesso.

Esses fatores se tornam importantes para que exista o bom andamento dos serviços, satisfação dos usuários e para que esse profissional se torne indispensável para a instituição a qual fornece seus serviços. Elaborar técnicas para a satisfação

dos usuários para o público do local onde trabalha se torna fundamental para um bom andamento do trabalho do profissional da informação.

No próximo tópico serão abordadas as Associações e um grupo que auxilia o trabalho dos bibliotecários jurídicos.

4.4 Associações profissionais

As associações que orientam os bibliotecários da área jurídica são órgãos que administram informações pertinentes aos interessados na área jurídica e os mantêm conectados para possíveis trocas de informações jurídicas. A associação norte-americana que contribui com os serviços do profissional bibliotecário é chamada Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL). Baseado na AALL foi criado um órgão brasileiro, a Infolegis, que também administra as informações jurídicas pertinentes aos bibliotecários especializados.

Segundo informações retiradas do site da AALL sua fundação se deu em 1906 com o objetivo de promover e aumentar o valor da profissão do bibliotecário jurídico para a comunidade jurídica e pública assegurando a sua liderança no campo da informação jurídica. Esta Associação representa bibliotecários, profissionais e afins que estejam associados com uma ampla gama de instituições como escritórios de advocacia, escolas de direito, departamentos jurídicos corporativos, tribunais e agências locais, estaduais e federais.

A AALL apoia e serve aos seus membros disponibilizando informação jurídica para a comunidade e usuários garantindo a eles um acervo justo que contem informação atual e histórica autêntica legal. Também possui como objetivo treinar os usuários dessas bibliotecas especializadas a ser conhecedor e qualificado legal para utilizar e ter acesso às informações que lhes são relevantes.

Segundo documento produzido pela AALL e traduzido por Passos (2001) os bibliotecários jurídicos devem ser

atentos às fontes de informação indiferente ao suporte; astutos juízes das vantagens e desvantagens de várias fontes de informação; capazes de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte; especialistas no uso de fontes jurídicas ou não.

De acordo com a AALL, as competências dos bibliotecários variam por conta do local em que o profissional atua e depende também da atuação especializada. Concomitantemente, a Associação traça competências básicas que orientam os empregadores nas avaliações, recomendações para o desenvolvimento profissional.

No Brasil existe um site que possui a finalidade de disseminar informações jurídicas e agrupar conteúdos pertinentes para os profissionais interessados nessa área. Esse órgão é a Infolegis que disponibiliza informações jurídicas, conteúdos legais, possui um canal de troca de informação para que exista a comunicação entre os bibliotecários que seria um grupo com listas de discussões. Esse site foi inspirado na AALL e no Brasil a bibliotecária Edilenice Passos é a coordenadora, ela traduziu alguns documentos importantes que assegurariam as informações básicas para os profissionais jurídicos brasileiros.

Desse modo, cultivando a preocupação com o trabalho do bibliotecário, a Infolegis publica em seu site leis biblioteconômicas, leis brasileiras e estrangeiras, artigos que contém estudos que são produzidos por pessoas que lidam diretamente com a temática, possui depósito de links contendo manuais de pesquisa de alguns países para que se tenha um entendimento de como funciona o sistema legal. Assim, estes mecanismos funcionam como colaboradores das atividades e auxiliam diretamente o trabalho do bibliotecário jurídico que necessita de constante atualização, conhecimento das leis e precisa estar atento às novidades do meio.

Com relação aos bibliotecários jurídicos brasileiros podemos citar também um grupo que se destaca por pesquisas, organização de eventos da área, formulação de artigos e está vinculado à Associação Catarinense de Bibliotecários que é o Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Jurídica – GBIDJ/SC. Esse grupo surgiu em 1982 com a missão de trocar informação, conhecimento técnico, experiência com relação à atuação profissional e a área jurídica. O GBIDJ/SC é de grande importância também para a atuação do bibliotecário jurídico brasileiro, pois ele funciona como disseminador de informações pertinentes à área jurídica colaborando com o desempenho do profissional da informação (ORENGO; BRAGA; BESEN, 1997, p. 39-40).

A seguir serão descritos os insumos da profissão do bibliotecário e as fontes de informação que são utilizadas por eles na atividade prática diária.

4.5 Informação e fontes de informação jurídica

A informação jurídica é o material essencial de trabalho do bibliotecário jurídico. É importante que este profissional tenha domínio dos materiais que irá lidar diariamente para atender seu usuário da melhor forma possível. A lei é a fonte principal do Direito, entendida como uma norma geral, escrita, coercitiva, que obedece a um rito peculiar de elaboração, proveniente do processo legislativo pela entidade competente. Logo após vem a jurisprudência e a doutrina (PASSOS, 2001).

A produção da área jurídica enfrenta constante atualização de normas, leis, decretos, emendas, entre outros devido à necessidade que são observadas por autoridades para que se mantenha a ordem e organização da sociedade. Por conta disso, existe um número bastante elevado de documentos produzidos e modificados no Brasil e no mundo. Esse alto volume de informação que existe é devido às novas produções e modificações que acontecem dentro da legislação, da jurisprudência doutrina. A legislação são as normas, leis, decretos que são produzidos diariamente por vereadores de municípios, a jurisprudência são as decisões tomadas por juízes e tribunais e a doutrina seriam produções a respeito do Direito, a ciência (PASSOS, 2004, p. 203 ; FULLIN, 2006, p. 35).

As fontes de informação, assim conceituadas por Beckman e Silva (1967, p. 5 apud PASSOS, BARROS, 2009, p. 121)

constituem o lugar de origem, donde a informação adequada é retirada e transmitida ao usuário. Seu conhecimento não é atributo privativo do bibliotecário porém só este tem obrigação de conhecê-las todas, nas suas características intrínsecas, no seu modo de utilização em relação aos pedidos das diferentes categorias profissionais.

De um modo bastante amplo as fontes de informação podem ser distribuídas em: primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias são documentos na íntegra, em sua forma original; as secundárias são artigos condensados, resumos das informações advindas das primárias, informações sintetizadas; já as terciárias

são documentos que tem a função de orientar os pesquisadores para encontrar as fontes primárias e secundárias, como as bibliografias, por exemplo. No poder legislativo podemos citar como fontes que disponibilizam serviços e informações o site do Senado Federal que dá acesso ao Congresso Nacional, Biblioteca do Senado, entre outras. Quanto ao poder executivo, pode-se ter acesso às importantes decisões e informações dessa instância através do site da Imprensa Nacional. Já com relação ao poder judiciário sabemos que ele é formado por vários órgãos que administram as leis para manter a ordem no país. Deste modo, para se ter acesso aos diferentes tipos de informação dessa ordem destacamos o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, a Justiça Militar, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, a Advocacia, a Defensoria Pública (PASSOS, 2004).

Observa-se que assim como a internet ajudou no processo de reunião de documentos em um lugar específico que garante acesso a informações relevantes ela também dificulta a atualização diária das fontes devido ao elevado número de documentos produzidos que necessitam de uma organização e revisão detalhada. Segundo Rezende (1998 apud PASSOS, 2004, p. 174)

[...] apesar da internet ter democratizado o acesso a informação, isto não é o bastante, pelo contrário, este crescimento contínuo nos obriga a criar meios de identificar com mais especificidades, as informações precisas às nossas necessidades.

A citação de Rezende corrobora com a observada problemática a respeito do volume de informação disponível na internet, mas notadamente as vantagens como acesso rápido, possibilidade de cópias, a quebra de barreiras de tempo e espaços se destacam.

O trabalho do bibliotecário se torna árduo, pois possui a tarefa de avaliar e usar a seu favor os suportes que estão disponíveis, assim como,

[...] coletar, organizar e disponibilizar informações para os usuários com pouco tempo disponível para essa tarefa de busca, que necessitam de pesquisas bem elaboradas a curto prazo [...] (FULLIN, 2006, p. 37).

Esses suportes informacionais seriam as ferramentas encontradas na internet, como por exemplo, as bases de dados especializadas, sites que disponibilizam atualizações de leis, decretos, livros, periódicos, jornais, entre outros. Assim, o bibliotecário terá a função de examinar minuciosamente os suportes acima mencionados, buscando sempre a origem do documento e autenticidade com o intuito de proporcionar ao usuário informações relevantes e fiéis a estas fontes.

A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de seus conhecimentos do mecanismo legal do país, de sua destreza, no manejo dos índices e ementários impressos de legislação e jurisprudência, da exatidão e atualidade dos índices e fichários elaborados pelo seu próprio serviço e de sua habilidade na interpretação dos pedidos e solicitações dos consulentes. (ATIENZA, 1979, p. 20)

Através desta citação entendemos o quanto é necessário aos bibliotecários obter conhecimentos específicos da área jurídica, mesmo fazendo uso de artifícios como auxílio a pesquisas do meio, em sites que ajudam na busca por informações especializadas. Torna-se interessante realizar algum curso de aperfeiçoamento ou mesmo a dupla graduação para realizar as tarefas de forma segura e com conhecimento de causa.

4.5.1 Documentação jurídica

A informação jurídica contempla os documentos produzidos para a organização da sociedade. Confirmando essa constatação, Atienza (1979, p. 25) nos diz que

Toda vida em sociedade pressupõe um conjunto de preceitos básicos, de normas de conduta que assegurem a harmonia de existência entre seus componentes e que fixem obrigações e limitem direitos a cada indivíduo para que todos possam coexistir com um mínimo de segurança e bem-estar.

Portanto, podemos entender o quanto se torna importante a organização dessas informações tanto para profissionais que lidam com a área jurídica quanto para os membros da sociedade, pois é necessário a identificação dessas normas, leis, decretos, etc. para haver uma harmonia e organização das informações. Para Yepes (1997 apud NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004, p. 39)

o documento, de forma geral, é a objetivação de uma mensagem em um suporte físico, transmissível no espaço e no tempo, a fim de remediar uma necessidade informativa, e constituinte em fonte de informação para obter-se novo conhecimento.

Após o entendimento da motivação da criação de documentos, busca-se pela definição de documentação jurídica, que segundo Atienza (1979, p. 19) é a

[...] reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposição de motivos etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.

Através desta citação conseguimos perceber a importância que este conteúdo informacional específico carrega para todo e qualquer profissional que irá lidar com os atributos jurídicos. Então, o profissional da informação poderá suprir as necessidades informacionais do seu público alvo.

Barité (1999, p. 19 apud NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004, p. 46) diz que documentação jurídica é o

[...] conjunto de documentos, sobre qualquer suporte de informação em que estejam representados, cujo conteúdo refere-se direta ou indiretamente a questões relacionadas com o Direito ou regulados por este, e portanto, são significativos para os usuários específicos desse macro-domínio temático (advogados, escritórios, empresas, governos, instituições, professores, estudantes), e de interesse para a sociedade em geral.

O bibliotecário irá acessar a documentação jurídica sem depender do suporte onde ela irá ser encontrada e será sua função consultar toda e qualquer base contendo informações pertinentes. Dado o conceito para a documentação jurídica pode-se citar o fato dela, ao mesmo tempo em que sofre constante atualização, ter

uma durabilidade muito maior, pois as leis, por exemplo, são consultadas independentemente do tempo de impressão. Fazendo menção ao que diz Guimarães; Nascimento (2007⁴) vê-se que

[...] o entendimento de documento passível de eficácia probatória jurídica relaciona-se à percepção de matéria (suporte) e fato e/ou ato jurídico, ou seja, o suporte analisado enquanto mensagem (e não como um dos elementos construtivos do documento), em uma interação perfeita, devido a algumas características do próprio suporte, como, por exemplo, resistência, durabilidade, transporte e estabilidade.

A documentação jurídica se destina aos juristas, juízes, desembargadores, advogados, estudantes de Direito e todo profissional da área e pessoa que necessitar consultá-la. Segundo Fullin (2006, p. 35) para o Direito, interessam os documentos considerados para o fim principal de prova de um fato ou de um ato juridicamente relevante: a prova, que é a forma pela qual a alegação e a representação do fato controverso são formuladas e apresentadas.

No próximo item serão abordadas as questões da educação continuada e sua importância para o moderno profissional da informação.

4.6 Educação continuada

Com os relatos feitos ao longo da revisão de literatura foi possível verificar as mudanças que aconteceram na profissão do bibliotecário. Após o surgimento e avanço da tecnologia o acervo da biblioteca passa de físico para virtual também, acontece a migração dos produtos e serviços da biblioteca para o meio virtual. Assim, o bibliotecário desperta para a questão da atualização e o bibliotecário tradicional modifica seus conhecimentos e inicia o processo de qualificação que demanda seu empenho e estudo (CRESPO, RODRIGUES, MIRANDA, 2006, p. 2).

Segundo Saechan (2005, p. 26, apud CRESPO, RODRIGUES, MIRANDA, 2006, p.3)

A educação continuada pode ser definida como as atividades educacionais que tem por objetivo atualizar e desenvolver o conhecimento e as habilidades profissionais, de forma a permitir ao profissional um melhor desempenho da sua função.

⁴ Artigo não paginado.

Para que o indivíduo tenha um futuro profissional satisfatório é necessária uma dedicação aos estudos, pois

[...] a educação é o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim a garantir seu espaço de liberdade e autonomia (TAKAHASHI, 2000, p.7).

A função da educação continuada é de preparar os indivíduos para desempenharem seus serviços de maneira ainda mais satisfatória, é o momento de aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos na graduação do indivíduo, o que se torna uma motivação para investir em um mestrado ou especialização. Em especial profissional da informação deverá estar sempre antevendo métodos que o qualifiquem para o seu trabalho quanto ao complemento de sua formação acadêmica (MIRANDA; SOLINO, 2006, p. 386). E com foco no público alvo da pesquisa, podemos dizer que para atuação em campos específicos da Biblioteconomia se faz necessária a especialização com ênfase nas áreas do conhecimento onde irão atuar.

Em conformidade com as ideias descritas até o momento Miranda e Solino (2006, p. 384) afirmam que

o profissional precisa manter-se atualizando seus conhecimentos, técnicas e habilidades, a fim de conseguir seu aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional por meio de uma educação continuada, quer por iniciativa própria e numa opinião mais abrangente, por empreendimento das organizações que almejam o desenvolvimento do seu quadro de recursos humanos.

Entendendo que o bibliotecário é o profissional que tem como ferramentas de trabalho a informação, é de suma importância a preocupação em estar sempre em contato com as novas tecnologias e evitar cair na obsolescência.

Os métodos para atualização poderão ser através de cursos de extensão, à distância, especializados, seminários, encontros, pós-graduação, leitura especializada, visitas técnicas, artigos de relato de experiência, conversas informais,

etc. Todas as atividades que proporcionem aprimoramento serão válidas sendo estas formais ou informais (CUNHA, 1984 apud MIRANDA; SOLINO, 2006, p. 386). A instituição que emprega o profissional preocupado em adquirir e disseminar os conhecimentos através dos artifícios da educação continuada ganhará mais visibilidade e reconhecimento pela mesma. Essa instituição poderá ser uma impulsionadora das práticas de atualização desse profissional, sendo bastante importante que ela proporcione oportunidades de ensino contínuo ao profissional, pois a sua instituição estará em segurança no desenvolvimento dos serviços e estará propiciando oportunidades de crescimento aos seus funcionários. O empregado que é dono de um espírito intelectual inquieto será aquele que buscará constantemente por diferentes respostas e soluções facilitando o andamento da instituição e muitas vezes evitando problemas.

Atualmente um recurso que está bastante em evidência e auxilia os bibliotecários a se qualificarem são as especializações/formações à distância. Possuem vantagens como: a praticidade de estudo, evita gastos de transporte, contato pela web, entre outros. Assim, o que podemos observar é que o profissional que se preocupa em fazer um bom trabalho se dedica às suas funções e normalmente busca o seu aperfeiçoamento, seja ele em leituras especializadas, cursos, palestras ou eventos (CRESPO, RODRIGUES, MIRANDA, 2006, p. 8).

Nos cursos de Biblioteconomia podemos observar que o quadro de disciplinas foi sofrendo modificações nas últimas décadas, principalmente depois do surgimento da era digital, para habituar o aluno à nova realidade e perfil moderno do bibliotecário. Essas modificações também foram um grande passo para deixar o aluno, futuro bibliotecário, ciente das transições que ocorreram ao longo dos anos e garantir uma formação que atenda às exigências de mercado com relação à teoria e um pouco da prática (SANTOS, 2007, p. 6).

A classe biblioteconômica atualmente permanece mais unida para elaboração de encontros, palestras, cursos com ênfase na área para reunir os profissionais e assim trocarem conhecimento (RAZADOS, 2007). Com isso, observa-se mais um recurso para o bibliotecário como método para troca de informações e possível melhoria nas suas atividades. Segundo Valentim (2002, p. 122 apud PAIVA, POTTER, 2011⁵)

⁵ Artigo não paginado.

A educação continuada é a base para uma profissão consolidada, assim como é base para profissional competente. Para a profissão, porque é através dela que construímos seu *corpus* teórico-prático e, para o profissional, porque é através dela que aprendemos a aplicar esse mesmo *corpus* teórico-prático.

Mas além dessa preocupação do profissional em se qualificar ele deverá ter algumas características que garantam um bom relacionamento e desempenho nas suas atividades. As características que podem ser citadas são “adaptabilidade social, capacidade de mobilizar seu conhecimento para o alcance dos objetivos da organização, aprender a aprender, sociabilidade, lealdade, responsabilidade” (ROZADOS, 2007⁶). Os fatores citados acima nada mais são do que elementos que garantem ao profissional competência na sua atuação profissional.

⁶ Artigo não paginado.

5 METODOLOGIA

Segundo Jolivet (1979 apud LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 39) “método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado [...] é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências”. A partir desta citação fica clara a necessidade de uma ordenação dos processos que se pretende realizar durante a pesquisa para que haja assim uma veracidade nos dados alcançando a realidade do que se pretende avaliar.

Assim, essa pesquisa terá caráter primeiramente exploratório, pois será necessária a busca por material pertinente ao assunto tratado procurando desenvolver um aprofundamento maior a respeito da temática. Logo, também será uma pesquisa descritiva, pois existe o objetivo de construir um detalhamento a respeito das características da determinada amostra (GIL, 2010).

Já para a ordenação e interpretação dos dados será utilizado um método qualitativo de análise do discurso elaborado na década de 1990, que tem como criadores Fernando Lefèvre e Ana Maria Lefèvre, denominado Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (MENDONÇA, 2007, p. 149-150). O DSC funcionará qualitativamente no momento em que ele proporciona a análise dos posicionamentos dos indivíduos pesquisados, ou seja, do discurso que os respondentes irão professar a respeito de um determinado tema. Contribuindo para o entendimento dessa análise qualitativa Jodelet (2001 apud ALMEIDA, 2005, p.67) discorre a respeito das representações sociais que são “[...] uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais possuem como teoria, embasadas em Moscovici (2003 apud ALMEIDA, 2000), a existência de dois níveis, no qual, o indivíduo observa os fenômenos sociais, interioriza-os e reelabora da melhor forma para assim emití-lo perante a sociedade para garantir o equilíbrio das ações sociais e individuais (ALMEIDA, 2005, p.64). Desse modo, para o estudo das representações não caberia uma análise quantitativa, já que ela somente reproduz em números a realidade social, então para transcrever e avaliar os discursos adequadamente escolheu-se o DSC.

A pesquisa qualitativa funciona de maneira subjetiva por avaliar os fenômenos que acontecem nas relações sociais, pois é necessário ter um

pensamento primário, fazer trocas se relacionando na sociedade, gerando o pensamento representando uma coletividade e assim, através do que as pessoas professam, podem ser coletados elementos para gerar uma realidade que não é quantificada através de dados numéricos. Sendo assim, a análise do discurso pretende buscar as representações sociais dos sujeitos pesquisados captando os pensamentos e a opinião a fim de descrevê-las de maneira apropriada (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 13-14).

5.1 Caracterização do método: o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

Para conhecer a opinião de um grupo é necessário empregar um método qualitativo de avaliação que utilize como ferramenta a linguagem para realização da interpretação dos pensamentos dos indivíduos. Assim para agrupar esses pensamentos e construir um discurso coletivo unindo as ideias declaradas foi criado o Discurso do Sujeito Coletivo. Através das palavras de Lefèvre; Lefèvre (2005, p. 20) vemos que o DSC

é a reunião, agregação ou soma não matemática de pedaços isolados de depoimentos, artigos de jornal, de revista, etc., de modo a formar um todo discursivo coerente, em que cada uma das partes se reconheça enquanto desse todo e o todo constituído por essas partes.

O DSC consiste na técnica metodológica de construir, através de pedaços de discursos individuais de pessoas que representam uma coletividade, uma representação social de um determinado tema a ser tratado de acordo com o interesse do pesquisador. Utiliza-se o DSC para estudar conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais.

Cooperando para o entendimento e definição do procedimento metodológico, ainda nas palavras de Lefèvre; Lefèvre (2005, p. 15) o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é “[...] uma proposta de organização de dados qualitativos de natureza verbal,

obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc.". Ele facilitará a tabulação dos dados, a sistematização e a análise das respostas em pesquisas sociais, porque consiste em uma estratégia diferente de tratamento dos discursos e porque não separa as falas individuais da coletiva, mas une-as em um discurso coletivo.

Além dessa técnica se basear nas representações sociais, ela também, trabalha com as definições de signo⁷ e interpretante⁸ que a semiótica se apropria. Segundo a concepção peirceana, o discurso é entendido como "signo de um objeto que evolui nas várias releituras que recebe" (ALMEIDA, 2005, p. 68), afastando-se do objeto de representação cada vez que é realizada uma nova releitura, será a interpretação dos sujeitos a respeito do signo que poderá alterar a cada nova interpretação. Assim, o discurso se torna a materialização do pensamento, uma interpretação desse pensamento, mas que não se coloca como pensamento de primeira mão, como ocorre com todas as suas potencialidades, mas é a tradução desse pensamento. Esse discurso é um signo-interpretante, pois ele "é a representação de uma representação, é o sentido, o significado ou a concepção geral atribuída ao signo interpretado" (ALMEIDA, 2005, p. 68).

Para o entendimento de como a técnica do DSC funciona podemos citar as figuras utilizadas para o desenvolvimento de organização e análise dos dados que são três: as expressões-chave (ECH), ideias centrais (IC) e ancoragem (AC). As expressões-chave são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que revelam a essência do depoimento o conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento. A ideia central é o nome que revela e descreve, resumidamente e de forma precisa, o sentido dos discursos analisados e dos conjuntos de ECH que irão formar o DSC, descrevendo o sentido de um ou vários depoimentos. A ancoragem é a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para "enquadrar" uma situação específica, ou seja, é a transformação de algo que nos instiga em algo que nos é comum (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 16).

⁷ Nas palavras de Almeida (2005, p. 67-68) signo é a representação de um objeto, é um primeiro que se coloca em relação ao segundo que determina o terceiro sendo ele o interpretante.

⁸ Nas palavras de Almeida (2005, p. 68) "o interpretante é [...] a representação de uma representação. É o sentido, o significado ou a concepção geral atribuída ao signo interpretado".

Seguindo a análise de organização dos dados, é importante mencionar os passos que serão seguidos para a desconstrução dos posicionamentos, e em seguida, construção do discurso sugerido por Lefèvre; Lefèvre (2005 apud ALMEIDA p. 72):

Passo 1: Analisar isoladamente a respostas de cada uma das questões, organizando um quadro com três colunas para ECH, IC e AC.

Passo 2: Destacar em itálico as expressões-chave das ancoragens.

Passo 3: Identificar e escrever a ideias centrais e ancoragens e inseri-las na segunda e terceira coluna.

Passo 4: Sinalizar as ideias centrais e as ancoragens com o sentido análogo, com o sentido equivalente e/ou complementar para então agrupá-las.

Passo 5: Denominar cada agrupamento criando uma ideia central ou ancoragem para cada um dos grupos de respostas.

Passo 6: Copiar do Instrumento de Análise de Discurso I as expressões-chave do mesmo agrupamento e inseri-las no Instrumento de Análise do Discurso II, composto de duas colunas, a primeira para expressões-chave e a segunda para o DSC resultante. Por fim na última coluna será construído o DSC correspondente às expressões-chave coletadas.

Cabe salientar que a ancoragem não foi utilizada neste trabalho por exigir um maior grau de conhecimento da linguagem utilizada pelos técnicos. Os passos foram seguidos, mas o que será apresentado em apêndice no trabalho é a organização das expressões-chave e ideias-centrais para entendimento das análises e construção dos discursos dos bibliotecários.

A seguir o tópico irá abordar algumas características das bibliotecas dos Tribunais que fizeram parte dessa pesquisa.

5.2 Caracterização do alvo de estudo

Partindo do princípio que o foco de análise serão os bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul cabe aqui descrever e apontar algumas características dos Tribunais que fizeram parte desta pesquisa.

Através da Constituição Federal foram definidos os três poderes do país, o

Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O poder Legislativo possui como função a criação de leis, normas que atendam às necessidades da sociedade com o intuito de gerar ordem e benefícios para os indivíduos em geral. Já o Executivo é representado pelo presidente (no caso de países que adotam o regime presidencialista, como é o caso do Brasil) que executa as leis criadas pelo Legislativo e podem variar de país para país. O Judiciário é o poder responsável por julgar, de acordo com as leis, normas e a Constituição de cada país.

Dentre as possibilidades de público alvo da pesquisa, realizou-se uma pesquisa simples na web com o intuito de detectar quais bibliotecas dos tribunais possuíam bibliotecários jurídicos como responsáveis e buscaram-se os endereços para avaliar as informações básicas como endereço eletrônico e telefone das bibliotecas. Com ênfase no poder judiciário do Rio Grande do Sul vemos que este possui oito representantes: Tribunal de Justiça, Tribunal Militar do Estado, Juízes de Direito, Tribunais do Júri, Conselhos da Justiça Militar, Juizados Especiais, Pretores e Juízes de Paz. Assim, a pesquisa foi realizada com bibliotecários do Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal da Justiça Militar, Tribunal do Trabalho, Tribunal de Contas e Tribunal Eleitoral, sendo que, ao menos um bibliotecário de cada local respondeu à pesquisa totalizando em oito questionários respondidos.

Primeiramente a motivação pela escolha da região foi para adquirir dados regionais, em especial o Estado do Rio Grande do Sul, das necessidades atuais dos bibliotecários jurídicos. Em seguida, para obter uma representatividade do coletivo dos bibliotecários que atendem os juristas dessa região houve a seleção de bibliotecários que trabalham nos Tribunais do Rio Grande do Sul e, através de consulta aos *websites* dos Tribunais foi possível obter o contato telefônico para adquirir informações pertinentes para realização da pesquisa, inclusive obter o endereço eletrônico para o envio do questionário. No próximo item será descrito o instrumento de coleta utilizado para obter os dados.

Quanto aos locais escolhidos para realização da pesquisa pode-se pontuar algumas características observadas através de consulta ao site de cada instituição. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tem como missão prestação de tutela jurisdicional conforme a Constituição com a responsabilidade de ser em tempo e que aconteça de forma útil⁹.

⁹ Para mais informações acesse <http://www.tjrs.jus.br/>.

A Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar destina-se ao atendimento prioritário das necessidades da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no exercício das suas atividades jurisdicionais e administrativas. As atividades desenvolvidas pela unidade são: pesquisas bibliográficas e virtuais em doutrina, legislação e jurisprudência, empréstimo domiciliar (somente para usuários com vínculo institucional), empréstimo permanente para os órgãos administrativos e jurisdicionais da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JME/RS) e consulta local dos materiais disponíveis no acervo da unidade para o público em geral¹⁰.

Com relação à Biblioteca do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul vê-se que o núcleo de biblioteca é encarregado da organização e disponibilização da informação doutrinária e legislativa no âmbito do Tribunal. Sua missão é de atender às necessidades de informação de modo eficiente, preciso e a tempo, colaborando com o Tribunal na prestação jurisdicional¹¹.

A Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud é de acesso público e atende prioritariamente magistrados, servidores ativos e inativos, terceirizados e estagiários do TSE, com o objetivo primordial de subsidiar a tomada de decisões no desenvolvimento das atividades no Tribunal Superior Eleitoral. A Biblioteca coordena a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) inclusive a sediada no Rio Grande do Sul¹².

Quanto a Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho que está sediada na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho vemos que seu acervo digital possui uma coleção de documentos digitais, com texto integral, acessíveis diretamente ou interface de busca. São disponibilizados documentos de domínio público ou com autorização de publicação por seus autores. Com relação ao catálogo possuem o maior acervo bibliográfico especializado na área jurídica do Trabalho do Rio Grande do Sul, conta atualmente com cerca de 30.000 volumes entre livros, periódicos e outros materiais documentais¹³.

¹⁰ Para mais informações acesse <http://www.tjmrs.jus.br/organizacional/biblioteca.asp>.

¹¹ Para mais informações acesse

http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=294.

¹² Para mais informações acesse <http://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca>.

¹³ Para mais informações acesse

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/biblioteca/Home/MenuEscolaPortletWindow?action=2>

Quanto a Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ela originou-se do núcleo de documentos do Conselho Administrativo do Estado doado ao TCE/RS por força do Decreto-Lei Estadual nº 948/1945 (que reativou o TCE pós Estado Novo). A Lei nº 4454/1962, reorganiza a Corpo Instrutivo e recria o cargo de Bibliotecário. Em julho de 1968, a Biblioteca Pública do Estado colocou à disposição do TCE uma Bibliotecária, a qual exerceu suas atividades até o ano seguinte. Assim, o processo de informatização da Biblioteca iniciou-se em 1984, quando da sua vinculação ao Centro de informática (Resolução 294/84). Dois anos mais tarde, passa a integrar o Serviço de Documentação e Patrimônio (Resolução 464/96) e, a partir do ano 2000, o Serviço de Documentação e Registro (Resolução 548/00). Em 2001, a Biblioteca tornou disponível para a rede interna de computadores o acesso à base doutrinária do seu acervo, denominada BALI – Base de Artigos e Livros, um catálogo de autor, título e assunto dos materiais. Em 2003, foi implantada a BLM – Base de Legislação Municipal, reunindo e disponibilizando, via internet, a legislação dos municípios gaúchos. E atualmente a Biblioteca dispõe de notável acervo de livros, periódicos, coleções de Diários Oficiais, folhetos e CDs¹⁴.

O próximo item descreverá a ferramenta de coleta de dados utilizada.

5.3 Instrumento de coleta de dados

Para coletar as informações pertinentes à pesquisa, o instrumento de coleta escolhido para viabilizar o contato com os respondentes foi o questionário, pela possibilidade de obter respostas rápidas, deixar o respondente mais à vontade para responder garantindo o seu anonimato, e também, permitir que o respondente se sinta à vontade para escolher o momento que achar mais adequado, sem ter hora e momento específico. O questionário foi elaborado com a proposta de detectar as necessidades informacionais, fontes de informação e qualificação utilizadas pelos bibliotecários que atuam nos Tribunais do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Para mais informações acesse

<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/biblioteca/Hist%F3ria>.

Para a coleta de dados e composição do discurso “[...] é preciso fazer perguntas abertas para um conjunto de indivíduos de alguma forma representativos dessa coletividade [...]” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 15). Para isso, foram construídas seis perguntas abertas que “são aquelas nas quais o respondente pode escrever livremente (dentro, é claro, de um espaço pautado)” (APPOLINÁRIO, 2006, p. 136), assim estas perguntas foram construídas a partir das leituras na construção da revisão de literatura e podem ser visualizadas no Apêndice A. Como vantagens do uso do questionário observa-se que “permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões. Possibilita investigações mais profundas e precisas” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.187), e estas são características essenciais para a utilização da análise do discurso.

A seguir serão descritos os métodos de organização dos dados.

5.4 Organização dos dados

Para envio do questionário foi feito contato primeiramente através de e-mail, obtido através de consulta aos sites das instituições. Aos que não deram retorno foi feito contato por telefone, convidando os profissionais a participar na pesquisa. Após a confirmação de interesse na participação da pesquisa realizou-se o envio do questionário através do contato eletrônico. Observou-se a obtenção de respostas, em média, três semanas após o envio dos questionários. Esses questionários se direcionaram para todos os bibliotecários das instituições escolhidas, era necessário que ao menos um bibliotecário representasse seu local de trabalho, mas se o questionário interessasse a outro seria oportuna a sua participação. Com isso, obtive-se um total de oito questionários respondidos, sendo que minha pesquisa aconteceu em seis instituições diferentes, ou seja, algumas instituições tiveram a representação de dois bibliotecários ao menos.

Após obter as respostas dos bibliotecários foi possível organizar os quadros, realizando uma análise quanto às figuras metodológicas sugeridas pelos autores do método que são “expressões-chave” e “ideias centrais”. A partir desta organização de material foi detectado como resultado da análise do Discurso do Sujeito Coletivo

um texto que aborda a visão dos bibliotecários quanto à atualização e fontes de informação que serão retratados ao longo desta sessão. Os dados apresentados a seguir serão a reunião das respostas de cada bibliotecário referente a cada pergunta. Assim serão montados seis DSC que corresponderão a cada assunto abordado na pergunta. Logo após o discurso será realizada uma análise referencial de acordo com a literatura especializada. Serão seguidos os passos sugeridos por Lefèvre e Lefèvre (2005) descritos anteriormente, dispensando a elaboração da “ancoragem” e utilizando somente ICs e ECHs.

De maneira geral o intuito do questionário foi de abordar questões de qualificação profissional, métodos utilizados para suprir possíveis necessidades informacionais e identificar fontes de informação. Assim, foi possível a elaboração de um único texto representando o DSC dos bibliotecários jurídicos de acordo com cada pergunta feita no questionário e após a elaboração do DSC foi realizada a análise dos dados. Os respondentes foram identificados como bibliotecário A, bibliotecário B, bibliotecário C, bibliotecário D, bibliotecário E, bibliotecário F, bibliotecário G e bibliotecário H, respectivamente, conforme consta no anexo.

Quanto aos discursos, importante mencionar que sofreram algumas alterações para se transformar em um texto coeso que retratem o que esse profissional tem como opinião. No próximo item será apresentado os resultados da pesquisa juntamente com a literatura especializada.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo abordará a análise das respostas elaboradas pelos bibliotecários jurídicos do Rio Grande do Sul com relação às suas necessidades informacionais e qualificação profissional de modo a comparar com o que é visto na literatura.

De modo geral, para uma possível identificação dos respondentes foi solicitado que apontassem titulação, universidade e ano de conclusão de graduação e de pós-graduação. Sendo assim, observou-se que o Bibliotecário A possui dupla graduação, a primeira em Letras (1981) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a segunda em Biblioteconomia (1991) pela mesma universidade. O bibliotecário B possui dupla graduação, sendo a primeira em Biblioteconomia (2005) pela UFRGS e a segunda em Direito (2012) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), além de especialização em Gestão de Pessoas e Competências Gerenciais. O bibliotecário C possui graduação em Biblioteconomia (2000) e pós-graduação em Direito da Tecnologia da Informação pela Universidade Gama Filho (2010). O bibliotecário D possui graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Administração de Sistemas de Bibliotecas pela UFRGS¹⁵. O bibliotecário E possui graduação em Biblioteconomia (1989) pela UFRGS e em Ciências Jurídicas e Sociais (1987) pela PUCRS e está cursando especialização em Gestão Pública pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. O bibliotecário F possui graduação em Biblioteconomia (1995) pela UFRGS e especialização em Gestão de Bibliotecas (2006) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (EDESC). O bibliotecário G possui graduação em Biblioteconomia (2003) pela UFRGS e especialização em Administração Pública (2008). O bibliotecário H possui graduação em Biblioteconomia e Documentação (1984) pela UFRGS. De modo geral, os bibliotecários questionados são Bacharéis em Biblioteconomia como os cargos exigem, sendo assim, o diferencial existente se dá em relação às diferentes especializações e casos de dupla graduação ao longo de suas carreiras.

Logo, o que será averiguado a seguir serão os DSCs gerais relatados através de cada resposta dos bibliotecários a fim de detectar as fontes de informação utilizadas por eles, assim como os métodos de atualização e qualificação que estes

¹⁵ O Bibliotecário D não informou ano de conclusão dos cursos e a universidade onde cursou graduação.

profissionais utilizam. Então, para a construção dos discursos foram feitas algumas alterações como acréscimo de nexos coesivos, expressões e algumas frases foram acrescentadas para sintetizar a ideia dos respondentes, mas os textos representam exclusivamente as ideias centrais ou literais que os profissionais relatam ao longo do questionário. Na sequência, após cada discurso pronto que corresponde a cada uma das perguntas do questionário, esta será analisada de acordo com a literatura especializada.

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 1: *Atualmente a informação se modifica muito rapidamente, o que hoje era uma verdade, o que valia em termos legais, amanhã pode não ser mais, o que torna difícil o acompanhamento/análise das documentações jurídicas. Podem-se pontuar outras dificuldades com relação à área jurídica: a falta de indicação explícita da revogação de uma determinada norma jurídica, pois muitas ainda utilizam a expressão “revogam-se as disposições contrárias”, o que demanda mais tempo na realização de pesquisas, a dificuldade em localizar o texto integral de normas de hierarquia inferior (portarias, resoluções, etc.) e publicadas em datas passadas, assim como, a indicação incorreta de dados de publicação, órgão emissor ou também, da numeração de determinada norma, o vocabulário particular da área. Fazendo menção a esse fator, pode-se dizer que o aprendizado é contínuo e foi iniciado em estágio extracurricular. Se há dificuldades com algum termo técnico, recorre-se às obras de referência para elucidar as dúvidas. Caso não seja suficiente, fazem-se pesquisas em outras fontes. Também existe a possibilidade da segunda graduação, a primeira em Biblioteconomia e a segunda no Direito. Estou convencida de que o Bibliotecário deve, pelo menos, especializar-se na área do conhecimento que atua. Hoje, não tenho dificuldades para efetuar a indexação e nosso catálogo está bem especificado através dos qualificadores. Em função desses fatores particulares que a área exige, temos de acompanhar com maior velocidade as mudanças, o que acarreta muitas vezes, certa ansiedade de estar por dentro de tudo, absorvendo tudo, mas não temos condições de acompanhar cada projeto de lei, por exemplo. Mas, mudando o foco, podemos observar os benefícios, como por exemplo, a disponibilização na web, de diversas fontes oficiais de publicação das normas*

(diários eletrônicos), cursos e palestras da área jurídica na modalidade de ensino à distância e sites oficiais disponibilizando bancos e bases de atos normativos que normalmente são organizados pelas bibliotecas destas instituições. Em meio a esses pontos positivos e negativos, cabe ressaltar que o profissional da área jurídica precisa constantemente buscar conhecimento de fontes de informação do Direito, da Biblioteconomia e da Informática através de leitura, estudo e troca de experiências. E assim, cada vez que sentir necessidade, busca-se aprender mais em cursos formais ou informalmente. O bibliotecário em geral – e o jurídico não é diferente – precisa conhecer bem a organização para a qual trabalha seus objetivos, público, etc.

Através do relato dos bibliotecários percebe-se claramente o conhecimento que cada um possui da necessidade de investir em um aprendizado específico no âmbito jurídico que pode acabar suprimindo parte das dificuldades que os profissionais encontram ao lidar com a informação jurídica. Como a área jurídica sempre careceu de métodos eficazes de atualização para identificação das novas leis, o constante avanço tecnológico faz com que esses profissionais busquem as ferramentas que lhe darão o suporte necessário à atualização. Então, em especial a biblioteca jurídica exige do bibliotecário maior preocupação com a organização e atualização por conta do volume de leis, decretos, ementas, atos normativos que são produzidos e modificados diariamente existindo assim um crescimento exponencial de informação nesse meio. Uma das funções que alguns dos respondentes mencionaram é quanto à função de indexador, vemos que assim que recebem as informações eles irão “retirar os termos representativos dos atos legais buscando na doutrina conceitos para essas palavras” (PASSOS, 2004, p.153).

Pode-se observar também a indicação de uma das respondentes para a dupla graduação na área jurídica como método para facilitar as atividades biblioteconômicas diárias. Quanto ao fator explícito de algumas leis com seus propósitos Passos e Barros (2009, p. 105) dizem que o problema com a revogação implícita¹⁶ das leis é uma das dificuldades encontradas pelos bibliotecários.

¹⁶ A expressão “Revogam-se as disposições em contrário” indica que as leis/normas produzidas anteriormente se anulam a partir desse novo documento criado, então essa expressão que o documento recebe deixa a anulação das normas anteriores implícitas dificultando a busca dos materiais pertinentes, ou seja, essa norma que recebe essa designação (Revogam-se as disposições em contrário) anula as outras produzidas anteriormente até esta data.

Essa dificuldade citada pelo bibliotecário é algo que está previsto como uma das problemáticas da área jurídica - o fator clareza é fundamental para o entendimento da pesquisa que se está elaborando, mas nem sempre as normas, leis estão disponíveis de forma clara para o entendimento de todos.

Importante mencionar o uso de alguns apelidos atribuídos a certos dispositivos legais, o que também dificultaria nos processos de organização e tratamento da informação (PASSOS, 2004, p. 156), o que entra na lógica do vocabulário particular da área conhecido como juridiquês citado por Passos, Barros (2009, p. 86). Esse é um tema que se deve dar atenção principalmente no momento de indexar os documentos como já havia mencionado, e também, no momento de realizar pesquisas em geral.

Quanto à especialização, o bibliotecário que procura por cursos, palestras, a segunda graduação no Direito sente a diferença com relação ao conhecimento que lhe é atribuído por esses métodos, assim acaba entendendo melhor a área de atuação e auxiliando melhor o usuário. Acaba que os benefícios são sempre significativos fazendo com que as dúvidas sejam sanadas e as dificuldades atenuadas.

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 2: *São fontes de informação, tanto para bibliotecários quanto para o usuário:*

Doutrina: obras de referência, livros e periódicos, trabalhos acadêmicos, DVDs de palestras. Para consulta da Legislação: diários oficiais - eletrônicos ou impressos - e os sites oficiais, como por exemplo, o Planalto; Jurisprudência - Tribunais Superiores, acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, gabinetes de Ministros, sites do Planalto, Câmara de Deputados, Assembleias, contatos pessoais (pessoas que detêm conhecimento em alguma área), contatos com outras bibliotecas da área jurídica. Sites de notícias: leem-se as notícias dos Tribunais (inclusive dos à cima citados), das páginas das bibliotecas através de sites de notícias jurídicas, como Infolegis, Consultor Jurídico, Jus Brasil, Espaço Vital, jornais (cito o Correio do Povo como exemplo), conteúdo das bibliotecas digitais jurídicas e afins, website do sistema Datalegis para a marginália (legislação inferior).

De modo geral, o catálogo Pergamum da Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, Diário Eletrônico do TCERS e o conteúdo disponibilizado na web para as consultas em geral.

O que se pode concluir quanto aos métodos utilizados pelos bibliotecários é que eles prezam por informações de sites oficiais, com reconhecimento de que estão de acordo com as fontes primárias, secundárias e terciárias mencionadas na revisão de literatura. Ao mesmo tempo, caso não encontrem resultados nestas fontes, partem para pesquisas em sites de busca gerais. Basicamente os bibliotecários consultam os diários oficiais, *sítes* dos Tribunais, assim como outros *websites* que estão disponíveis com material de consulta. Assim “toda essa massa documental de informação jurídica seria apenas o “caos documental jurídico”, se não existissem mecanismos para controlar e recuperar a informação contida nos documentos” (PASSOS, 1994, p. 2). A função do bibliotecário em meio à imensa quantidade de informações disponibilizadas diariamente nos suportes de informação é justamente de filtro, avaliar o que é coerente para o seu público, alterar se for necessário para melhor entendimento e logo depois disponibilizá-la aos interessados.

O atual bibliotecário da área jurídica deverá estar apto a lidar tanto com a informação em formato impresso quanto eletrônico, já que atualmente se exige deste profissional competências e habilidades para manuseio de tecnologias informacionais. Como se pode acompanhar, o advento da internet foi uma das ferramentas mais úteis para o atendimento informacional, pois sua rapidez de recuperação de informações e conteúdos diversificados se tornam aliados do bom atendimento. Diante disso, colocamos a questão da preparação e conhecimento do bibliotecário para garimpar nas páginas da internet fontes confiáveis de informação para repassar ao usuário e para agregar na sua formação. Segundo Miranda (2004, p. 157) “o Diário Oficial é a principal publicação periódica da legislação onde saem todos os atos legais e o primeiro a publicar os mesmos”. É considerada uma fonte primária de informação por ser disponibilizada originalmente. Com o relato dos respondentes entendemos que na prática seus conhecimentos e atividades condizem com o que é proposto pela literatura especializada.

O ambiente *web* é composto por canais vistos como fontes de informação pelo bibliotecário, como exemplo, as listas de discussões, documentos em formato

eletrônico, artigo de periódicos que poderão ser utilizados como fonte de pesquisa para o bibliotecário e seu usuário (PASSOS, 2004, p. 179). Portanto, pode-se concluir que os bibliotecários utilizam os principais mecanismos para o atendimento ao usuário, atualização do acervo e pessoal.

Basicamente as fontes de informação segundo Passos, Barros (2009) que os bibliotecários podem fazer consulta seriam Diários oficiais, livros jurídicos, cartilhas e apostilas, periódicos jurídicos, periódicos eletrônicos, teses jurídicas, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, dicionários, enciclopédias, vade-mécums¹⁷, coleções de leis e jurisprudência, sistemas e bases de dados de modo geral, sítios institucionais, bibliotecas em geral, associações de classe, universidades, escritórios de advocacia, anuário de advocacia, cartórios, grupos de Documentação e Informação Jurídica, listas de discussões, Infolegis e eventos científicos de um modo geral. E elas podem “ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referências, serviços e sistemas de informações, bases de dados, etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca” (PASSOS, 2004, p. 209).

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 3: *A ferramenta de lista de discussões que utilizo é basicamente a Infolegis apesar da utilização da lista Usuários Pergamum e CRB10, mas a Infolegis em específico, se utilizada de forma sensata buscando o material em bibliotecas próximas da sua localidade antes de acionar o serviço, ela funciona de forma satisfatória para trocas de materiais em geral. No quesito participação em eventos torna-se importante relatar que a preocupação com a temática é um fator de primeira ordem, pois é importante que os eventos tenham ênfase na prática jurídica, que não trabalhem com temáticas repetitivas, apesar da regularidade na participação de encontros e seminários jurídicos. Além disso, existem palestras internas de atualização, para os funcionários que os bibliotecários também são convidados a participar dependendo da pertinência do assunto. Procuo participar sempre de cursos e seminários esse é também um método eficaz para a questão atualização profissional. Esse método se*

¹⁷ Compêndio que reúne as obras básicas do Direito para serem consultadas facilmente. (BARROS, PASSOS, 2009, p. 139)

torna fundamental para o processo de qualificação, no momento que auxiliam e maximizam as habilidades dos bibliotecários proporcionando o contato com outros profissionais e atualização dos nossos conhecimentos. Mas é importante que foquem na real necessidade do bibliotecário jurídico. Se cursos e palestras forem apenas teóricos não ajudam, mas se partirem da realidade de nossas bibliotecas e unidades de informação, e apresentarem novas tendências, isso é ótimo. Por outro lado, alguns eventos de categoria profissional transformaram-se em meros passeios turísticos em locais paradisíacos. Já com relação aos sites, vê-se que são ferramentas de que o bibliotecário lança mão para fazer o seu trabalho; alguns são bons, outros não. Os sites oficiais, por exemplo, são fundamentais para o desenvolvimento das atividades do bibliotecário da área jurídica, principalmente para os que atuam com legislação e jurisprudência. As ferramentas apresentadas nessa questão são muito importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho e para atualização constante do profissional.

A fonte de informação jurídica é meio, no qual, o “bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades cotidianas” (PASSOS, 2004, p. 209). Tem-se na literatura como fonte principal da área jurídica a legislação, fontes secundárias a jurisprudência e a doutrina (PASSOS, 2004). Assim, o que se observa no discurso dos profissionais é que estas fontes são fundamentais para o bom andamento do seu trabalho e que os métodos utilizados por eles se complementam no momento que utilizam vários artifícios para encontrar a informação desejada.

Quanto à utilização de listas de discussões, “os profissionais que participam das listas são competentes, mas não estão disponíveis para resolver questões primárias para bibliotecários que pouco se esforçam para dominar as fontes de informação disponíveis” (BARROS, PASSOS, 2009, p. 151). Sendo assim, entendemos que os bibliotecários utilizam esta ferramenta como última opção para solicitar ajuda, pois a utilização dela desprenderá tempo de outros profissionais ocupados. Segundo Barros, Passos (2009, p. 152) a lista Infolegis tem por objetivo

integrar de maneira geral os inscritos na lista para troca de artigos e informações, divulgação dos serviços que a biblioteca em questão oferece, divulgação de eventos, cursos e palestras, entre outros.

Quanto aos eventos científicos podemos observar que ele é um método utilizado por esses bibliotecários, mas importante colocar que já que eventos científicos possuem o intuito de apresentar as novidades que estão acontecendo dentro da área é importante que estes eventos cumpram com o objetivo sem falhar ou desmotivar os participantes em potencial. Importante também é conciliar a parte teórica com o aprendizado para colocar os ensinamentos em prática, até mesmo para tirar dúvidas e absorver melhor as novas informações.

Quanto à utilização de *websites* fica nítido o quanto é fundamental a utilização destas ferramentas para o bom andamento da pesquisa por nelas conterem as informações da área jurídica. “O pesquisador jurídico deve, primeiramente, delimitar e adequar o tema à sua pesquisa, conhecer o tipo de informação jurídica que está procurando, estar atento às novas fontes e às possibilidades por estas oferecidas, e especializar-se em sites e mecanismos de busca” (PASSOS, 2004, p. 186).

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 4: *Creio que o mais importante é o aprofundamento do conhecimento jurídico, temos que conhecer e estudar as fontes do direito. Para isso, utilizo a literatura especializada, procuro ler os periódicos da área e adquirir os livros lançados recentemente, livros de documentação jurídica atuais auxiliam a balizar as tendências da área em tempos de evolução tecnológica e interdisciplinaridade e estar sempre estudando. Realizar leituras de sites de notícias, seja algum livro de nossa área, seja um livro jurídico ou realizando um curso, conversando com outros profissionais em redes sociais, lista de discussões e trocando ideias em eventos. Utilizamos o CCAA2, os livros de catalogação da Memória e da Eliane Mey para a representação descritiva. Para a indexação a linguagem dos códigos (COM, CPPM, CPC, etc.) e dos dicionários jurídicos especializados, em especial da Maria Helena Diniz. Quanto aos Eventos destaque: Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídica, Fórum de Bibliotecários de Tribunais de Contas. Participação em cursos na área jurídica e palestras ou eventos organizados pelos Tribunais.*

Existem diversos mecanismos para a qualificação e atualização dos profissionais de forma geral. Basicamente o conhecimento quanto aos métodos está relacionado a processos que estão ao seu alcance e que são disponibilizados para os bibliotecários, ou seja, os bibliotecários utilizam os artifícios que lhes são oferecidos e estão ao seu alcance. O que se observa na análise é a visão quanto ao conhecimento específico da temática jurídica para que o trabalho tenha um rendimento satisfatório e um dos mecanismos que podem ser citados é além do curso de Biblioteconomia o curso de Direito, ou mesmo, uma especialização na área jurídica. Na literatura encontramos Passos, Barros (2009, p. 110-111) que nos diz “o ideal seria que o bibliotecário, ao terminar sua formação genérica no curso de Biblioteconomia pudesse frequentar curso de especialização em documentação jurídica”.

Um artifício citado pelos respondentes como mecanismo eficiente para auxílio quanto a qualificação pessoal é a leitura especializada. “A leitura pode ser considerada um meio fácil e cômodo de educação continuada, podendo ser de livros, periódicos e manuais, especializados ou não” (CRESPO, RODRIGUES, MIRANDA, 2006, p. 6). Portanto, conclui-se que é um método simples que contribui significativamente para a construção de conhecimento específico dos bibliotecários.

As palestras, eventos, lista de discussões são métodos que proporcionam ao profissional a troca de experiência e de informação por pares. Por exemplo, os especialistas na área tem a oportunidade de apresentar novas ideias e demonstrar suas aplicações de conhecimento dentro das unidades de informação o que é bastante significativo para os profissionais que estão se aperfeiçoando na área.

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 5: *Creio que para estarmos realmente na frente, tem que haver uma predisposição do bibliotecário para tomar conhecimento de novas tecnologias e adquiri-las por conta própria. Então cabe ao bibliotecário procurar métodos que qualifiquem seu trabalho através de livros, cursos, listas de discussões, eventos, contato com outros profissionais até mesmo um bom sistema para gerenciar o acervo, pois de uma forma ou de outra eles se complementam. Deve-se, sempre, pensar na melhor forma de armazenar e recuperar a informação. Não importa se o sistema é automatizado, eletrônico ou*

manual. Pode acontecer que esses métodos falhem ou não deem conta na necessidade informacional que é necessária, mas serão de grande valia na busca por mais informações. No normal as instituições são mais lentas nesta absorção e não podemos esperar por elas, nossa função é ser provocadora destas incorporações. A instituição onde atuo incentiva e oportuniza a qualificação profissional. Por força de lei federal recebemos incentivos financeiros por conta da qualificação profissional, temporários (ações de treinamento) e permanentes (pós-graduação). Mas no geral, as instituições estão proporcionando várias oportunidades de capacitação através de seminários, congressos, cursos, palestras e apoio da chefia para o aperfeiçoamento profissional. O órgão em que atuo oferece formação complementar na área gerencial, mas não na área técnica. Isso é obtido pessoalmente, auto-didaticamente, quando existe oferta de curso por parte de alguma entidade, como a Control, por exemplo. Participo da Equipe da Informática nas implantações de softwares e recursos de TI da Biblioteca, chamamos isso de Bibliotecário Especialista que é o profissional técnico que está à disposição da Informática para os testes das implantações de Tecnologia da Informação.

O que se observa é que os mecanismos citados como mais importantes são os utilizados na prática pelos bibliotecários. Esses recursos referidos nos depoimentos demonstram que os profissionais buscam a qualificação através dos mecanismos que lhes são disponibilizados. Por exemplo, a utilização de livros para o conhecimento da Doutrina, os dicionários especializados para dúvidas quanto nomenclaturas, as listas de discussões, eventos, seminários, palestras.

As listas de discussões são definidas por Bohmerwald e Cendón (2003 apud Barros, Passos, 2009, p. 150) como

um serviço da internet baseado no e-mail, que utiliza a tecnologia do envio e recebimento de mensagens por correio eletrônico, com o objetivo de proporcionar a troca de informação entre várias pessoas de forma otimizada.

Esse recurso funciona muito bem se utilizado como método de divulgação de eventos e serviços da área, troca de artigos, leis, capítulos de livros. Pelo que acompanho da rede Infolegis ela funciona de forma satisfatória, os bibliotecários e

participantes da rede trocam bastante pedidos e a própria Edilenice Passo atualiza-os enviando as últimas notícias, leis, normas que interessam aos profissionais.

Quanto ao incentivo da educação continuada por parte da instituição na qual esses bibliotecários trabalham observamos que existe uma preocupação particular de cada instituição em preparar os profissionais que atuam dentro delas para estarem sempre se aperfeiçoando e investindo em segmentos de estudos de forma que os qualifiquem com as devidas particularidades do setor e informação que é gerada pelos mesmos.

O profissional de biblioteconomia ou de direito deve se familiarizar com os produtos e serviços que essas instituições oferecem e fazer uma análise criteriosa da variedade de publicações existentes no mercado, que são divulgadas por catálogos, folhetos, boletins e folders (Barros, Passos, 2009, p. 135).

Mas também, de modo geral recebem ao menos liberação para participação em eventos e palestras que não acontecem dentro da instituição mediante a apresentação de algum comprovante de participação.

O ideal é que as oportunidades de atualização possam partir tanto do indivíduo, particularmente interessado em um crescimento e aprimoramento de suas funções, enquanto especialista de informação, quanto da instituição que, de acordo com as suas necessidades e avaliações, busquem melhorar seus desempenhos (CRESPO, RODRIGUES, MIRANDA, 2006, p. 9).

O que foi relatado pelos bibliotecários na pergunta 6: *O bibliotecário jurídico é um mediador da informação jurídica. Nessa área o desenvolvimento de atividades é muito valorizado. Todos os projetos propostos por mim sempre foram acolhidos e tiveram resultados positivos. Basta que o bibliotecário tenha boa vontade em aprender e investir na educação continuada. Não acho que existam pontos negativos para quem quer fazer algum trabalho sério e adequado nessa área. Independente do tipo de biblioteca, a busca de informação na internet, deve ser feita, de preferência, sempre em sites confiáveis, tais como: governamentais, institucionais, educacionais, etc. Como ponto positivo da área poder trabalhar e colaborar nesse campo específico da documentação jurídica e administração pública chama a atenção, pois é muito necessário para o andamento do trabalho dos órgãos da administração.*

Saber que esse campo da biblioteca jurídica é valorizado sob o ponto de vista da remuneração é importante. Outro ponto positivo é o interesse dos colegas em buscar se aprofundar na área jurídica cursando Direito. Quanto aos pontos negativos cito a falta de eventos locais na área de informação jurídica com foco em nossa realidade regional, pouca integração entre os bibliotecários jurídicos gaúchos, inexistência de cursos de especialização e aperfeiçoamento na área, transformação no campo da tecnologia da informação, que impõe uma constante atualização ao bibliotecário, a falta de uma formação específica para esse profissional (até porque ele não sabe em que área operará). Com relação ao último item em especial, creio que há um descompasso entre o ensinamento da academia e a prática bibliotecária. O curso de graduação está muito aquém das necessidades que a sociedade e o mundo moderno exigem e merecem receber do profissional bibliotecário. Penso que deveria existir uma matriz curricular nacional, sendo que as escolas, conforme a região do país, poderiam acrescentar disciplinas de acordo com as necessidades regionais. Fico estarecida com a enorme diferença curricular dos cursos de Biblioteconomia da UFRGS e da FURG: inacreditável. Também, a alteração de curricular deveria acontecer somente a cada 04(quatro) anos, após ampla discussão com a comunidade acadêmica e com os órgãos de representação profissional e ser aplicada ou atingir somente a turma que está ingressando no primeiro semestre. Os estudantes dos demais semestres deveriam seguir a seriação de disciplinas apresentadas quando do ingresso na universidade, até o final do curso. Outra sugestão também seria que o curso de biblioteconomia tivesse um primeiro ano(02 semestres) de disciplinas gerais e após o aluno pudesse optar em seguir um ramo de atuação em área de bibliotecas científicas/tecnológicas/acadêmicas ou um ramo de atuação na área de bibliotecas públicas/escolares/infantis. Em relação às entidades de representação e movimento associativo, penso que os bibliotecários brasileiros fracassaram. Pouco ou nada obtivemos em termos de leis protetivas a nossa atuação, saúde ocupacional, salários e ocupação de postos de trabalho. Existe legislação para as bibliotecas, mas não para os bibliotecários. Temos os conselhos de fiscalização profissional, que ainda agregam (mas desagregam e desagradam quando tratamos do valor das anuidades!) a categoria, desvirtuando a sua competência. A função precípua dos conselhos de fiscalização profissional é a

fiscalização do exercício profissional. A promoção de cursos, eventos, divulgação de postos de trabalho deve ficar a cargo das associações e sindicatos.

Por fim, com a finalidade de entender qual a opinião dos bibliotecários dos Tribunais do Rio Grande do Sul quanto aos mecanismos de especialização que estão disponíveis no Estado, os bibliotecários pontuam fatores como a falta de cursos para especialização de extensão jurídica, a busca pelo material confiável, pois com a internet ampliou-se as fontes para atualização, mas atrelado a esse fator existe problemas com informações corretas e atualizadas. Percebe-se a preocupação dos respondentes ao prestarem esses depoimentos, pois é visto que a segurança da informação no fazer jurídico é fundamental. Para a área jurídica o conteúdo e o meio em que o documento é divulgado são requisitos que garantem a confiabilidade de um documento.

Basicamente este profissional necessita conhecer os suportes e recursos que pode utilizar para a busca de informação e atualização para exercer seu trabalho. Além de conhecer o suporte o bibliotecário terá que entender o conteúdo das informações para poder organizá-la podendo utilizar material de referência e doutrina.

Quanto à questão da educação continuada entende-se como qualquer atividade realizada em prol da continuidade dos estudos, seria o interesse em dar seguimento aos estudos com o objetivo de progredir na área de formação e manter uma atualização constante. Constata-se no depoimento que a profissional entende a importância do emprego de métodos para qualificação profissional e atualização do seu ambiente de trabalho e busca por tal.

No próximo item serão descritas as considerações feitas quanto à pesquisa realizada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bibliotecário é o profissional responsável por unidades de informação e atua realizando tratamento de informação, organização e disseminação da informação, incluindo as tecnologias como suas aliadas. As inovações tecnológicas estão presentes nessa nova era de comunicação e é responsabilidade do profissional da informação estar atento para realização de constante atualização.

O que se pode observar dentro do curso de Biblioteconomia é a sua abrangência, sempre visando ao conhecimento generalizado das técnicas. As especialidades e particularidades de determinada área de atuação profissional irão se desenvolver no momento da prática. Para que o bibliotecário não fique alienado sugere-se a continuidade educacional através de cursos, palestras, leitura especializada e até mesmo uma dupla graduação dependendo da área de atuação escolhida.

O bibliotecário jurídico é o profissional responsável por organizar a informação jurídica de uma unidade de informação, seu insumo de trabalho são a doutrina, a legislação e a jurisprudência. Suas competências giram em torno de atendimento ao usuário e capacitação do mesmo, facilidade para lidar com as tecnologias informacionais e empregá-las para potencializar seus serviços e saber lidar com tarefas administrativas e tomadas de decisões dentro do estabelecimento em que atua.

Esta pesquisa teve como objetivo detectar as necessidades informacionais dos bibliotecários jurídicos, em especial dos Tribunais do Rio Grande do Sul, tendo como objetivos específicos identificar fontes de informação e mecanismos utilizados para atualização profissional e para atuação enquanto bibliotecário especialista [dizer se conseguiu ou não as respostas].

A utilização do Discurso do Sujeito Coletivo teve como intuito identificar no discurso dos bibliotecários suas rotinas de manutenção e atualização do acervo e usuário, assim como a sua qualificação profissional. O resultado obtido com a análise foi positivo no momento que os respondentes contribuíram efetivamente com a pesquisa e os objetivos foram alcançados. Cabe pontuar que os profissionais consultam continuamente as fontes confiáveis de informação, trabalham na sua qualificação no momento em que buscam por leitura especializada, eventos e encontros (quando os mesmo são pertinentes à sua área de interesse), etc. Sua

aproximação com as tecnologias fica evidente no momento da utilização frequente da internet para localizar sites atualizados e confiáveis, utilização de lista de discussões para possíveis dúvidas entendendo que é um mecanismo a ser utilizado cautelosamente e software para organização e tratamento da informação mesmo optando pela organização manual das leis. Mas ainda sim, foi possível constatar uma carência de suporte ao profissional, por exemplo, a na realização de cursos específicos quanto a temática da documentação jurídica, assim como, eventos que abordem questões atuais e práticas. Baseado nessas análises entende-se que o profissional tem consciência que a área jurídica requer um perfil focado na percepção de atualização que o seu público alvo necessita.

Esse trabalho acrescenta como material de pesquisa e consulta por parte dos interessados na área, principalmente referente ao estado do Rio Grande do Sul, que possui poucos trabalhos de conteúdo jurídico informacional. Para garantir seu engajamento no âmbito jurídico o profissional terá que se preparar por meio de estudo e atividades que o qualifiquem para tal serviço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **O campo da ciência da informação**: suas representações no discurso dos pesquisadores do campo no Brasil. 2005. 396f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/ALMEIDA-Carlos-C%C3%A2ndido-de.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2012.

AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **About us**. Chicago, 2012. Disponível em: <<http://www.aallnet.org/top-menu/about>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **Law Library Career Information**. Chicago, 2012. Disponível em: <<http://www.aallnet.org/main-menu/Careers/lawlibrarycareers/Careers-in-Law-Librarianship.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

APPOLINÁRIO, F.. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BAPTISTA, S. G. et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/809/2356>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 7 maio 2012.

CASTRO, C. A.. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/346/268>>. Acesso em: 12 maio 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas**: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. Barueri: Manole, 2009.

CRESPO, I. M; RODRIGUES, A. V. F.; MIRANDA, C. L. Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Biblios**, v. 7, n. 25-26, p. 1-14, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2170711>> Acesso em: 28 mar. 2012

CUNHA, M. V. da. O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 94-108, maio/ago., 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3263/2612>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

FULLIN, C. B. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 31-42, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/334/216>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas?. In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 25-43.

GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, L. M. B. A organização da informação jurídico-digital e os avanços teóricos da diplomática: uma reflexão acerca da eficácia probatória do documento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1762/1506>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

LOUREIRO, R. C. C. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. [S. L.]: [s. n.], 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

MENDONÇA, A. V. M. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 149-170.

MIRANDA, A. C. C. de. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídica. IN: Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, 2., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s. n.], 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/>> Acesso em: 04 abr. 2012.

MIRANDA, A. C. C. de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/463/1468>>. Acesso em: 62 mar. 2012.

MIRANDA, A. C. C. de; SOLINO, A. da S. Educação e o mercado de trabalho: um

estudo sobre os bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 383-397, set./dez. 2006.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/275/68>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ORENGO, E. de M.; BRAGA, E. H. M.; BESEN, E. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 39-44, jan./dez. 1999. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/321/373>>. Acesso em: 22 maio 2012.

PAIVA, R. O. de; POTHER, S. G. O bibliotecário jurídico na contemporaneidade. IN: Encontro Reional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Estão da Informação, 14., São Luís, 2011. **Anais...** São Luís: [s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABpLAAA/bibliotecario-juridico-na-contemporaneidade>> Acesso em: 12 mar. 2012.

PASSOS, E. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. IN: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA DO RIO DE JANEIRO, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: [s. n.], 2001a. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

PASSOS, E. **As competências do bibliotecário jurídico**. [S.L.: s. n.], 2001b. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/competencias.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

PASSOS, E. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez., 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1158/803>> Acesso em: 12 mar. 2012.

PASSOS, E (org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

ROZADOS, H. B. F. O bibliotecário brasileiro e a formação continuada: a ação do Conselho Federal de Biblioteconomia. IN: Congresso Brasileiro de Bibliotecologia, 2., 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s. n.], 2007.

RUBI, M. P.; EUCLIDES, M. L.; SANTOS, J. C. Profissional da informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 79-89, jan./jun., 2006. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=12845>. Acesso em: 08 mar. 2012.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/351/415>>. Acesso em: 10 maio 2012.

SANTOS, J. P. **A formação do profissional da área de informação em tempos de mudança**. Porto Alegre: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/P3_A2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SILVEIRA, F. J. N. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “Moderno Profissional da Informação”. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007575&dd1=4d594>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

TARAPANOFF, K. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-38, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000289&dd1=bcab7>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Mistério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, v. 5, n. 9, p.16-28, jul./dez., 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

WALTER, M. T. M. T.; BAPTISTA, S. G. Formação profissional do bibliotecário. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 84-103, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p84>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

WALTER, M. T. M. T. A formação do profissional da informação relacionada às tecnologias de informação: os bibliotecários na perspectiva da literatura, reflexões. **Encontros em Biblioteconomia**: Revista Eletrônica de Ciência da Informação, Florianópolis, v. 10, n.19, p 1-20, jan./jun., 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n19p1/5497>> Acesso em: 15 abr. 2012

APÊNDICE A - Questionário

Questionário elaborado para avaliar as necessidades informacionais dos bibliotecários jurídicos do Rio Grande do Sul.

Formação

Titulação (discriminar graduação/pós-graduação, Universidade e ano de conclusão):

Sobre Necessidades Informacionais e Fontes de Informação na sua área de atuação:

1- Partindo do pressuposto que para atuar na Biblioteca dos Tribunais, uma biblioteca especializada, se torna necessário um entendimento dos termos técnicos utilizados na área. Sendo assim, enquanto bibliotecário da área jurídica, exponha as dificuldades/pontos positivos que o(a) Sr.(a) enfrenta para desenvolver suas atividades diárias com relação a constante atualização de leis, decretos, ementas, entre outros, a necessidade de entendimento de termos técnicos utilizados na área e outros.

2- Esta questão tem por objetivo buscar fontes de informação que os bibliotecários utilizam para sua atualização e atendimento ao usuário. Para isso, quais as fontes de informação que utiliza no desenvolvimento de seu trabalho para atualização dos usuários que recebem e contam com seus serviços diariamente? (Especificar citando exemplos como Diário Oficial da União, Diário Oficial, site de notícias e fontes que julgas ser de suma importância na potencialização dos seus serviços)

3- Qual sua avaliação quanto as lista de discussões, eventos (como por exemplo: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídica), sites especializados (Diário Oficial, Senado,

Supremo Tribunal Federal, entre outros) e cursos com ênfase na atuação do bibliotecário jurídico. (Auxiliam no desenvolvimento do seu trabalho? Ajudam na sua atualização?)

Sobre Qualificação Profissional:

4- Descreva mecanismos que o(a) Sr.(a) julga ser de importância para sua qualificação profissional enquanto bibliotecário jurídico? (Citando alguns nomes que lembres/utilize fale sobre cursos, manuais, eventos, literatura especializada e outros que sejam pertinentes)

5- Sabemos que o profissional da informação necessita estar sempre a frente das novas tecnologias e sempre buscando se qualificar, gostaria de saber quais os métodos que o (a) Sr. (a) utiliza para a realização da sua qualificação e atualização? De que forma eles suprem suas necessidades informacionais? Existe alguma forma de incentivo por parte da organização em que atua?Quais são?

6- Comentários que o(a) Sr.(a) julga ser pertinente com relação à especialização do bibliotecário jurídico no Rio Grande do Sul (dificuldades e pontos positivos).

**APÊNDICE B – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais –
Bibliotecário A**

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	<p>Esta biblioteca é especializada na área jurídica cujo acervo é direcionado para as matérias de competência da justiça estadual. Está dividida em 3 setores: Livros, Periódicos e Legislação.</p> <p>Quanto ao vocabulário jurídico o aprendizado é contínuo e foi iniciado em estágio extracurricular. Se há dificuldades com algum termo técnico, recorre-se às obras de referência para elucidar as dúvidas. Caso não seja suficiente, faz-se pesquisas em outras fontes. Além disso, há duas bibliotecárias que fizeram o curso de direito.</p> <p>Nesta biblioteca, diariamente, é feita a leitura dos diários oficiais e a indexação da legislação de hierarquia superior e, de forma seletiva, para os atos de hierarquia inferior, nos âmbitos federal, estadual e municipal de Porto Alegre.</p> <p>Quanto à constante alteração da legislação existente ou a promulgação de nova, fazemos as anotações nos fichários existentes. Os fichários são separados por âmbito: federal, estadual e municipal, e, cada um deles, é dividido em numérico e alfabético (assunto). Os fichários são todos manuais.</p>	<p>Organização para lidar com as novas informações e métodos para atualização de entendimento da área jurídica.</p>
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
2	<p>São fontes de informação, tanto para nós quanto para o usuário:</p> <p>Doutrina: obras de referência, livros e periódicos;</p> <p>Legislação: diários oficiais - eletrônicos ou impressos e os sites oficiais, como por exemplo, o Planalto;</p> <p>Jurisprudência - deste Tribunal e dos Tribunais Superiores - STF e STJ;</p> <p>Sites de notícias - lê-se as notícias deste Tribunal e do STF e STJ; o jornal (Correio do Povo) é lido em casa. Quando é possível, é feita a leitura do clipping produzido pela instituição;</p>	<p>Utilização de sites oficiais e literatura especializada como obras de referências, livros, periódicos e jornal como fontes de informação .</p>

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
3	<p>Lista de discussão - acompanho duas somente (<i>suários do Pergamum e Infolegis</i>), mais do que isso fica impraticável. As listas de discussão devem ser usadas com bom senso e cuidado. Ao utilizá-las, por exemplo, para pedir um artigo ou capítulo de um livro, deve-se verificar, antes, nas bibliotecas próximas ou da cidade.</p> <p>A participação em eventos ocorre quando há assuntos relacionados à área jurídica. Participa-se com regularidade dos encontros e seminários jurídicos e esporadicamente do CBBB (depende do tema do congresso).</p> <p>Além disso, sempre que há palestras internas de atualização, para assessores e secretários, os bibliotecários podem participar se o assunto for pertinente.</p> <p>A participação em eventos sempre auxilia no desenvolvimento e aperfeiçoamento do profissional.</p> <p>Quanto à leitura de sites como IN, Senado, STF, STJ, etc., nesta biblioteca, é feita diariamente, faz parte das atividades rotineiras;</p>	Utilização de lista de discussões, participação em eventos e palestras e leitura especializada.
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
4	<p>Literatura especializada: ATIENZA, Cecília Andreotti, PASSOS, Edilenice, BARROS, etc. Outros autores, examinar a lista bibliográfica existente neste endereço eletrônico: http://www.infolegis.com.br/infojur-bibliog-autor.pdf</p> <p>RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. AACR2R em MARC21. Mais detalhes ver: http://www.amemoria.com.br/index.php</p>	Utilização de literatura especializada.

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
5	<p>Primeiramente, deve existir na biblioteca um bom sistema para gerenciar o acervo. Deve-se, sempre, pensar na melhor forma de armazenar e recuperar a informação. Não importa se o sistema é automatizado, eletrônico ou manual. Nesta biblioteca usam-se os dois sistemas. Utiliza-se o PERGAMUM concomitantemente com os fichários topográficos e de registro e o de legislação.</p> <p>Quanto aos equipamentos propriamente ditos (computadores) e a conexão com a internet, segue-se a política da instituição. O suporte técnico é feito pelo departamento de informática.</p>	Software para gerenciar o acervo, bom funcionamento da mesma.
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
6	Independente do tipo de biblioteca, a busca de informação na internet, deve ser feita, de preferência, sempre em sites confiáveis, tais como: governamentais, institucionais, educacionais, etc.	Busca da informação em sites confiáveis.

**APÊNDICE C – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais –
Bibliotecário B**

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	Em função da dificuldade de compreensão dos termos específicos da área do Direito me graduei pela segunda vez nessa área. Estou convencida de que o Bibliotecário deve, pelo menos, especializar-se na área do conhecimento que atua. Hoje, não tenho dificuldades para efetuar a indexação e nosso catálogo está bem especificado através do qualificadores.	As dificuldades são poucas por conta da dupla graduação enfatizando o quanto é necessário uma especialização ao menos para exercer seu serviço conforme área de atuação.
2	O catálogo Pergamum da Biblioteca do TJMRS, os Diários Oficiais da Justiça do Estado e do Estado do Rio Grande do Sul, Diário Eletrônico do TCERS, sites dos tribunais superiores para a pesquisa de jurisprudência e sites de tribunais militares e do STM também para esse tipo de pesquisa. Site do Planalto, Banco de Dados Datalegis, site da Assembléia Legislativa do RS, etc.	Utilização de sites como diários oficiais, tribunais, diário eletrônico como fontes de informação.
3	Atualmente, estou participando de eventos na área do Direito. Embora, participei bastante de eventos da Biblioteconomia, mas acho muito repetitivo os assuntos abordados.	Participação em eventos do Direito e de Biblioteconomia. Crítica quanto as temáticas repetitivas abordadas nos eventos de Biblioteconomia
4	Utilizamos o CCAA2, os livros de catalogação da Memória e da Eliane Mey para a representação descritiva. Para a indexação a linguagem dos códigos (COM, CPPM, CPC, etc) e dos dicionários jurídicos especializados, em especial da Maria Helena Diniz.	Utilização de literatura especializada para a catalogação e indexação dos materiais jurídicos.

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
5	Sou tutora do CNJ em EAD e participo direto da Equipe da Informática nas implantações de softwares e recursos de TI da Biblioteca. Aqui chamamos isso de Bibliotecário Especialista. É o profissional técnico que está à disposição da Informática para os testes das implantações de TI. Eu aprendi quase toda programação do Pergamum com os analistas de TI do Poder Judiciário do RS.	Constante atualização na área tecnológica, interesse na implementação e funcionamento de programas utilizados dentro da instituição.
6	O bibliotecário jurídico é um mediador da informação jurídica. Nessa área o desenvolvimento de atividades é muito valorizado. Todos os projetos propostos por mim sempre foram acolhidos e tiveram resultados positivos. Basta que o bibliotecário tenha boa vontade em aprender e investir na educação continuada. Não acho que existam pontos negativos para quem quer fazer algum trabalho sério e adequado nessa área.	Para o profissional da área jurídica que está interessado em se atualizar, qualificar e propor novas iniciativas existe abertura e notoriedade por parte das instituições.

**APÊNDICE D – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais –
Bibliotecário C**

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	Atualmente a informação se modifica muito rapidamente, o que hoje era uma verdade, o que valia em termos legais amanhã pode não ser mais. Em função disso, temos de acompanhar com maior velocidade estas mudanças, o que acarreta muitas vezes uma certa ansiedade de estar por dentro de tudo, absorvendo tudo, mas não temos condições de acompanhar cada projeto de lei, por exemplo. Por outro lado, como bibliotecários temos o poder de selecionar o que é pertinente e de sintetizar a informação, nos organizamos de forma a poder acompanhar aquilo que realmente é de utilidade para nosso usuário. Estando anos trabalhando numa biblioteca jurídica acabamos por utilizar os mesmos termos técnicos da área, pois há necessidade não só de se familiarizar com eles como também compreendê-los e utilizá-los de forma a poder auxiliar e entender nosso usuário e vice-versa. Para isso o bibliotecário precisa se dedicar, procurando ler sobre os assuntos, buscar seu significado e aplicação.	A área jurídica requer constante atualização e o bibliotecário tem como tarefa sintetizar e selecionar a informação pertinente ao usuário. O vocabulário utilizado no Direito foi compreendido através de dedicação e busca nas leituras e foi com tempo que adquiriu conhecimentos de termos da área.
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
2	Utilizamos várias fontes de informação como Diários Oficiais em papel e eletrônico, o próprio site da Imprensa Nacional, doutrina (livros, artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos, DVDs de palestras), conteúdo das bibliotecas digitais jurídicas e afins, internet como um todo, jurisprudência (através dos acórdãos do TRF4, do site dos tribunais ou gabinetes de Ministros), sites do Planalto, Câmara, Senado, Assembleias, contatos pessoais (pessoas que detêm conhecimento em alguma área), contatos com outras bibliotecas da área jurídica.	Utiliza fontes que detêm informações da área jurídica de maneira geral.
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
3	Sempre nos auxiliam no desenvolvimento profissional, no contato com outros profissionais, na atualização de nossos conhecimentos.	As fontes auxiliam no desenvolvimento geral, contato com profissionais e atualização.

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
4	Gosto de estar sempre lendo, seja site de notícias, seja algum livro de nossa área, seja um livro jurídico ou realizando um curso, conversando com outros profissionais em redes sociais. lista de discussões e trocando idéias em eventos.	Utilização de leitura especializada, lista de discussão, troca de experiência com outros profissionais em redes ou eventos.
5	Os métodos utilizados são os descritos na pergunta anterior (livros, cursos, listas de discussões, eventos, contato com outros profissionais). De uma forma ou de outra eles se complementam. O Tribunal Regional Federal da 4. Região procura incentivar a atualização e desenvolvimento profissional dos servidores através de cursos, palestras, bonificação para aqueles que possuem pós-graduação.	Livros, cursos, listas de discussões, eventos, contato com outros profissionais. A instituição que trabalha colabora para sua atualização através de cursos, palestras e bonificação para pós-graduados.
6	Verifico que muitos buscam se aprofundar na área jurídica cursando Direito, vejo isso como um ponto positivo do profissional bibliotecário.	Ponto positivo para o bibliotecário que procura pela dupla graduação.

APÊNDICE E – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais – Bibliotecário D

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	No que diz respeito à normas, mantemos catálogo legislativo e as novidades mais importantes são comunicadas pelo sistema. Quanto à terminologia mantemos um thesaurus de direito do trabalho, que está em constante atualização e nos exige um constante estudo do vocabulário jurídico.	As normas utilizadas dentro da biblioteca são mantidas através de um catálogo legislativo e quanto a terminologia existe um thesaurus da área que está em constante atualização.
2	No meu dia-a-dia mantenho atualizado as notícias da página da biblioteca através de sites de notícias jurídicas, como Infolegis, Consultor Jurídico, Jus Brasil, etc.	Utilização de sites como fontes de informação.
3	As fontes acima citadas ajudam, efetivamente, no trabalho e creio que como forma de atualização cursos e eventos são fundamentais neste processo.	Cursos e eventos são importantes para atualização no trabalho.
4	Creio que o mais importante é o aprofundamento do conhecimento jurídico, temos que conhecer e estudar as fontes do direito.	Aprofundamento do conhecimento jurídico, estudo das fontes jurídicas.
5	Creio que para estarmos realmente na frente, tem que haver uma predisposição do bibliotecário para tomar conhecimento de novas tecnologia e adquirí-las por conta própria. No normal as instituições são mais lentas nesta absorção e não podemos esperar por elas. Nossa função é ser provocadora destas incorporações.	Para o profissional se capacitar é necessário que ele tenha iniciativa própria, então é competência do profissional buscar sua capacitação até mesmo porque instituições são lentas para os processos de inovação, cabe ao bibliotecário se colocar e mostra necessidade.
6	A inexistência de cursos de especialização e aperfeiçoamento na área.	Busca da informação em sites confiáveis.

APENDICE F – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais – Bibliotecário E

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	<p>Pontos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -a enorme produção legislativa dos entes federados, fato que torna difícil o acompanhamento/análise; -a indicação explícita da revogação de uma determinada norma jurídica, pois muitas ainda utilizam a expressão “revogam-se as disposições contrárias”, o que demanda mais tempo na realização de pesquisas; -a dificuldade em localizar o texto integral de normas de hierarquia inferior (portarias, resoluções, etc.) e publicadas em datas passadas; - a indicação incorreta de dados de publicação, órgão emissor ou também, da numeração de determinada norma. <p>Pontos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -a disponibilização na web, de diversas fontes oficiais de publicação das normas (diários eletrônicos); - cursos e palestras da área jurídicas na modalidade de ensino à distância; - sites oficiais disponibilizando bancos e bases de atos normativos que normalmente são organizados pelas bibliotecas destas instituições (vide STF, STJ, CJF). 	<p>Pontos negativos com relação a pesquisa jurídica: grande produção de leis, ementas, decretos, dificuldade com a disposição das informações e designação clara da temática nas pesquisas, dificuldade na busca de normas de hierarquia inferior e de datas passadas e dados incorretos em normas. Quanto aos pontos positivos podemos citar a facilidade de acesso com relação aos sites oficiais, diários eletrônicos oficiais, bancos e bases de dados de atos normativos e possibilidade de cursos e palestras com ênfase na área jurídica à distância.</p>
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
2	<p>Normalmente utilizo o Diário Oficial da União, os site dos Tribunais Superiores, site do Senado Federal, site da Câmara dos Deputados e site jurídicos como Consultor Jurídico e Espaço Vital.</p>	<p>Utilização de Diário Oficial, sites de Tribunais, Senado e sites jurídicos em geral como fontes de informação.</p>
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
3	<p>Os sites oficiais são fundamentais para o desenvolvimento das atividades do bibliotecário da área jurídica, principalmente para os que atuam com legislação e jurisprudência. Pouco uso a ferramenta listas, apenas a Infolegis e a CRB10</p> <p>Quanto aos eventos na área, não participo, pois como todos os demais eventos de categorias profissionais transformaram-se em passeios turísticos em locais paradisíacos: XXV CBBB, Florianópolis; XXIV CBBB, Maceió ; XXIII CBBB, Bonito...</p> <p>Além disso, questiono profundamente a participação de empresas no patrocínio destes eventos: isto não comprometeria a autonomia do profissional na aquisição de produtos e serviços para as suas bibliotecas?</p>	<p>Utilização dos sites oficiais da área jurídica e lista de discussões. Quanto a participação em eventos faz uma crítica com relação a alguns eventos da área, pois acabam sendo passeios turísticos e não eventos da área.</p>

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
4	Participo de cursos na área jurídica e palestras ou eventos organizados pelo Tribunal onde atuo ou demais Tribunais.	Participação de cursos, palestras e eventos organizados pelos Tribunais.
5	Normalmente recebo informações de eventos na área jurídica, pesquiso em sites, mantenho contato com colegas. Sim a instituição onde atuo incentiva e oportuniza a qualificação profissional. Por força de lei federal recebemos incentivos financeiros por conta da qualificação profissional, temporários(ações de treinamento) e permanentes (pós-graduação).	Adquire informações através de pesquisa em sites e colegas de profissão e recebe informações de eventos. A instituição na qual atua incentiva a qualificação profissional.
6	<p>Creio que há um descompasso entre o ensinamento da academia e a prática bibliotecária. O curso de graduação está muito aquém das necessidades que a sociedade e o mundo moderno exigem e merecem receber do profissional bibliotecário. Penso que deveria existir uma matriz curricular nacional, sendo que as escolas, conforme a região do país, poderiam acrescentar disciplinas de acordo com as necessidade regionais. Fico estarecida com a enorme diferença curricular dos cursos de Biblioteconomia da UFRGS e da FURG: inacreditável!. Também, a alteração de curricular deveria acontecer somente a cada 04(quatro) anos, após ampla discussão com a comunidade acadêmica e com os órgãos de representação profissional e ser aplicada ou atingir somente a turma que está ingressando no primeiro semestre. Os estudantes dos demais semestres deveriam seguir a seriação de disciplinas apresentadas quando do ingresso na universidade, até o final do curso. Outra sugestão também seria que o curso de biblioteconomia tivesse um primeiro ano(02 semestres) de disciplinas gerais e após o aluno pudesse optar em seguir um ramo de atuação em área de bibliotecas científicas/tecnológicas/acadêmicas ou um ramo de atuação na área de bibliotecas públicas/escolares/infantis.</p> <p>Em relação às entidades de representação e movimento associativo, penso que os bibliotecários brasileiros fracassaram. Pouco ou nada obtivemos em termos de leis protetivas a nossa atuação, saúde ocupacional, salários e ocupação de postos de trabalho.</p> <p>Existe legislação <u>para as bibliotecas</u>, mas não para os bibliotecários.</p> <p>Temos os conselhos de fiscalização profissional, que ainda agregam (mas desagregam e desagradam quando tratamos do valor das anuidades!) a categoria, desvirtuando a sua competência. A função precípua dos conselhos de fiscalização profissional é a <u>fiscalização do</u></p>	A graduação é visivelmente aquém das necessidades que um profissional que irá atuar em uma biblioteca especializada precisa. Então uma possível solução é atribuir um padrão curricular e poderiam ajustar uma grade de acordo com a necessidade de cada região e a alteração curricular deveria acontecer somente a cada quatro anos após decisão com corpos acadêmicos e órgãos representantes da classe profissional.

	<u>exercício profissional.</u> A promoção de cursos, eventos, divulgação de postos de trabalho deve ficar a cargo das associações e sindicatos.	
--	---	--

APÊNDICE G – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais – Bibliotecário F

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	<p>Acredito que o profissional da área jurídica precisa constantemente buscar conhecimento de fontes de informação do direito, da biblioteconomia e da informática através de leitura, estudo e troca de experiências.</p> <p>Algumas dificuldades encontradas no dia-a-dia podem estar relacionadas ao fato de ser necessário saber qual a legislação vigente para não correr o risco de enviar ao usuário material desatualizado.</p> <p>Para suprir esta necessidade utilizamos as fontes descritas na próxima pergunta.</p>	<p>Atualização através de leitura, estudo e troca de experiências. A preocupação em estar sempre atualizado, o compromisso de saber a legislação vigente para atender o usuário se torna uma dificuldade.</p>
2	<p>Atualmente existem muitos sites e listas de discussão como a Infolegis que auxiliam na atualização constante. O site da Imprensa Nacional, Corag, Planalto, Senado, Tribunais, etc.</p>	<p>Utilização de sites e listas de discussões como fontes de informação.</p>
3	<p>Quanto as listas de discussão, eventos sites especializados e cursos são muito importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho e para atualização constante.</p>	<p>A utilização de listas de discussões, participação em eventos, eventos e cursos são os mecanismos de constante atualização.</p>
4	<p>Quanto aos livros da área jurídica destaco: ATIENZA, Cecília Andreotti. Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266p PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de informação para pesquisa em direito . Brasília: Briquet de Lemos, 2009. xvii, 170 p. ISBN 9788585637361 PASSOS, Edilenice (Org.). Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. 237p. ISBN 7062445X. SILVA, Andréia Gonçalves. Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. xx, 227 p. ISBN 9788571932265 Quanto aos Eventos destaco: Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídica.</p>	<p>Utilização de literatura especializada e participação em eventos.</p>

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
5	Os métodos utilizados são: leitura de material impresso e digital, participação em cursos e eventos, troca de experiências com outros colegas e instituições. Estes não suprem totalmente nossas necessidades de informação mas nos auxiliam a buscarmos mais informações. Na instituição em que atuo devemos buscar a existência de cursos e eventos os quais, geralmente, são aprovados através do pagamento da inscrição.	Apesar de não suprir totalmente as necessidades de informação eles auxiliam no trabalho, são eles: leitura de material impresso e digital, participação em cursos e eventos, troca de experiências com outros colegas e instituições. Sendo que a através da procura a instituição na qual atua libera para participação.
6	Acredito que seria muito bom termos mais cursos de especialização na área da Biblioteconomia Jurídica.	Almeja a ampliação de cursos na área Biblioteconômica Jurídica.

APÊNDICE H – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais – Bibliotecário G

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	Atualizo-me através da doutrina da área em que atuo, pois realizo sua indexação. Procuro buscar termos novos e desconhecidos em dicionários jurídicos e em obras especializadas.	Atualização através da Doutrina e para entendimento de termos busca em dicionários e obras especializadas da área jurídica.
2	Basicamente utilizo a doutrina publicada em artigos de periódicos e livros em suporte papel. Também leio rapidamente alguns sites jurídicos e de alguns tribunais.	Utilização de periódicos e livros e sites jurídicos e Tribunais.
3	A lista Infolegis e os eventos da área são de grande relevância para minha atualização profissional. Procuro participar sempre de cursos, seminários e congressos. Também já fiz e farei em breve alguns cursos de extensão na área do Direito.	Destaca a lista de discussões Infolegis e eventos da área como fonte de atualização. Participação em seminários, congressos, cursos de extensão na área do Direito.
4	Procuro ler os periódicos especializados da área e adquirir os livros lançados recentemente. Procuro estar sempre estudando.	Constante consulta aos periódicos e livros especializados.
5	A instituição onde atuo já proporcionou várias oportunidades de capacitação (seminários, congressos, cursos), através do incentivo e apoio da chefia para o aperfeiçoamento profissional.	Existe apoio da instituição para capacitação do profissional.
6	Sinto falta de eventos locais na área de informação jurídica, com foco em nossa realidade regional. Sinto pouca integração em os bibliotecários jurídicos gaúchos.	Poucos eventos no Estado com ênfase na área jurídica e pouco integração entre os bibliotecários atuantes.

APÊNDICE I – Quadro de análise de Expressões-chaves e Ideias Centrais – Bibliotecário H

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
1	Os cursos de biblioteconomia não preparam para a atuação em bibliotecas jurídicas. Obtive conhecimentos dessa área – e de outras – em disciplinas do curso de administração. O bibliotecário jurídico precisa conhecer o sistema judiciário e as diversas áreas do direito, inclusive processo legislativo. Cada vez que eu sentia necessidade, buscava aprender mais em cursos formais ou informalmente. O bibliotecário em geral – e o jurídico não é diferente – precisa conhecer bem a organização para a qual trabalha, seus objetivos, público, etc.	A graduação em Biblioteconomia não habilita para atuação na área jurídica, disciplinas do curso de Administração auxiliaram na atuação enquanto bibliotecário jurídico. Para atuação do bibliotecário de um modo geral é necessário estar em constante atualização, conhecer seu usuário, objetivos da organização para qual trabalha.
2	Na área de legislação, utilizamos os diários oficiais e os websites institucionais para a legislação superior, e o website do sistema Datalegis para a marginália (legislação inferior). Na área de jurisprudência utilizamos os websites institucionais de órgãos públicos para pesquisa. Na área de doutrina consultamos os usuários, os catálogos impressos e eletrônicos de editoras e o website da Livraria Cultura para tomar conhecimento das publicações, além de outras fontes menores.	Utilização de diários oficiais, site de Tribunais para legislação superior, outro site para legislação inferior, sites de órgãos públicos, catálogos impressos e eletrônicos, o próprio usuário, site de livraria, entre outras fontes menores.
3	Penso que os eventos podem ajudar – e muito – se eles focarem na real necessidade do bibliotecário jurídico. Se as palestras forem apenas teóricas não ajudam, mas se partirem da realidade de nossas bibliotecas e unidades de informação, e apresentarem novas tendências, isso é ótimo. Os sites são ferramentas de que o bibliotecário lança mão para fazer o seu trabalho; alguns são bons, outros não. Os cursos, da mesma forma: precisam ser atuais e focados.	Eventos só auxiliam o profissional se condiz com a realidade das bibliotecas e unidades de informação apresentando novas tendências e práticas biblioteconômicas. Os sites e cursos são ferramentas que auxiliam o bibliotecário jurídico, mas precisam ser ferramentas com foco e atuais.
4	Buscar literatura da área – especialmente artigos de periódicos; participar de cursos de atualização e conversas informais com colegas. Como exemplo, cito o Fórum de Bibliotecários de Tribunais de Contas. Livros de documentação jurídica atuais auxiliam a balizar as tendências da área em tempos de evolução tecnológica e interdisciplinariedade.	Utilização de literatura especializada, participação em cursos e conversas entre profissionais.

Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
5	o órgão em que atua oferece formação complementar na área gerencial, mas não na área técnica. Isso é obtido pessoalmente, autodidaticamente, e quando existe oferta de curso por parte de alguma entidade, como a Control, por exemplo.	Existe incentivo por parte da instituição no momento que oferece formação complementar. Com relação à parte técnica cabe ao bibliotecário buscar cursos fornecidos por entidades.
Pergunta	Expressões-chave	Ideias-centrais
6	como positivo, poder trabalhar e colaborar nesse campo específico da documentação jurídica e administração pública, muito necessário para o andamento do trabalho dos órgãos da administração. De positivo também, saber que esse campo da biblioteca jurídica é valorizado sob o ponto de vista da remuneração. A dificuldade situa-se no campo do currículo, que não oferece uma formação específica para esse profissional (até porque ele não sabe em que área operará). Outra dificuldade, essa atual, é a presente transformação no campo da tecnologia da informação, que impõe uma constante atualização ao bibliotecário.	Como ponto positivo a satisfação em trabalhar com documentação jurídica para o andamento dos órgãos de administração pública e a valorização salarial dos profissionais dessa área. As dificuldades estão no currículo biblioteconômico que é generalista e não prepara o profissional para atuar em bibliotecas especializadas, por exemplo. E outro ponto negativo é a constante evolução da tecnologia que exige maior incansável dedicação.